



Gestão Participativa

Relatório de Gestão Participativa

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

TRE-PA

Data: 20/08/2019



Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Presidente: Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

Magistrado Gestor de Metas: Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

Chefe do Gabinete de Gestão Estratégica: Hérika Carla da Costa Sodré de Souza

Responsável pelos processos participativos: Hérika Carla da Costa Sodré de Souza



ATIVIDADES REALIZADAS

ATIVIDADE 1: Definição de proposta de trabalho para o processo de Formulação das Metas para 2020 com Subcomitê V (TREs do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima)

MODALIDADE UTILIZADA

Email institucional. Proposta de cronograma do subcomitê V enviado ao TSE e a todos os representantes dos regionais eleitorais. Email disponível no Anexo I, p. 12.

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Email da chefe do Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE-PA, coordenadora do Subcomitê V, enviado no dia 11 de junho de 2019 ao TSE e a todos os representantes dos regionais eleitorais, com a proposta de cronograma do Subcomitê.

FINALIDADE

Com base na proposta inicial de cronograma, apresentada pelo TSE, a referida atividade teve como objetivo submeter, à análise dos regionais, todas as atividades planejadas para serem executadas a fim de concretizar a realização do processo participativo, permitindo assim com que eles pudessem identificar oportunidades de melhoria em todo o planejamento, e encaminhar as propostas, através de email institucional, ao Comitê Gestor da Justiça Eleitoral coordenado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	6	Não se aplica	Não se aplica
Não se aplica				

OBSERVAÇÕES:

Visando a obtenção de tempo hábil para o envolvimento de magistrados e servidores na formulação das Metas, o Subcomitê V propôs ao Comitê Gestor Nacional a dilação do prazo de formulação em pelo menos uma semana, o que poderia ser realizado através da revisão dos prazos concedidos para a análise e manifestação sobre a proposta de pesquisa, tudo conforme a sugestão de cronograma, o que foi atendido.



ATIVIDADE 2: Reunião do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará com os macrogestores

MODALIDADE UTILIZADA

Reunião presencial. Ata da reunião disponível no Anexo II, p. 13 a 15.

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Reunião realizada no dia 11 de junho de 2019, no Auditório Ivan Mello, localizado no edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

FINALIDADE

A reunião teve por objetivo principal apresentar, a todos os representantes das macrounidades do Tribunal, o Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2019, que veio em substituição ao Selo Justiça em Números.

Na ocasião foram apontadas as principais alterações/ inovações dispostas na Portaria CNJ nº 88/2019, que instituiu a referida premiação. Dentre os diversos requisitos a serem atendidos, destacou-se o processo de gestão participativa para formulação das metas nacionais, apresentando-se um breve detalhamento das etapas que deveriam ser executadas.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	18	Não se aplica	Não se aplica
Não se aplica	1			

OBSERVAÇÕES:

Dando início à fase de elaboração das proposta de Metas para 2020, foi entregue formulário, ao desembargador Presidente e aos representantes das macrounidades, para captação das diretrizes gerais que nortearão todo o processo (Anexo II, p. 16 a 17). Através do questionário foi obtido o posicionamento da Alta Administração em relação aos seguintes aspectos:

- A continuidade do acompanhamento das 3 metas nacionais;
- O acompanhamento, no ano de 2020, de meta específica que contemplem o tema Saúde dos Servidores;
- Estabelecer um grau de priorização para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) a serem perseguidos pelos tribunais, no ano de 2020, conforme proposto pelo CNJ na reunião preparatória (Anexo II, p. 17);
- A continuidade do acompanhamento da meta específica voltada às ações para educação eleitoral;
- Sugestão de nova meta específica para a Justiça Eleitoral.



ATIVIDADE 3: Consulta com Público Interno para Sugestão de Metas (Ações de Divulgação e Escolha da Proposta do TRE-PA)

MODALIDADE UTILIZADA

Consulta por formulário eletrônico do "Google Forms" para escolha da temática das metas e para coleta da sugestão de Meta para a Justiça Eleitoral para 2020 (Processo participativo - Portaria CNJ nº 114/2016, art. 4º, e Resolução CNJ nº 221/2016, art. 4º, III, e art. 5º). (Anexo III, p. 18 e 19)

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Pesquisa realizada no período de **13 a 21 de junho de 2019**, com formulário eletrônico disponibilizado na intranet do TRE-PA, para magistrados, membros do Ministério Público, servidores, colaboradores e estagiários.

FINALIDADE

A atividade teve como objetivo a participação de magistrados, membros do Ministério Público, servidores, estagiários e colaboradores da instituição com sugestões de Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2020.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau			
6	4	105	Não se aplica	3 (Membros do Ministério Público)

OBSERVAÇÕES:

Estratégia de Comunicação para divulgação da Pesquisa Interna e da Pesquisa Pública

- Em 12/06/2019, realizou-se reunião com o Setor de Comunicação Social para definição das ações de comunicação e divulgação e criação de identidade visual do processo de construção das metas (Portaria CNJ nº 114/2016, art. 5º).
- O Setor de Comunicação Social apresentou Plano de Comunicação para Divulgação da Pesquisa Interna (junho/2019) e da Pesquisa Pública (julho/2019). (Anexo III, p. 20 a 22)

Ações de Divulgação

- No período de 13 a 21 de junho, a Presidência e o setor de Comunicação Social enviaram mensagens eletrônicas para magistrados, membros do MP e servidores, informando sobre a consulta para sugestão de metas para o ano de 2020. (Anexo III, p. 23 e 24)



Gestão Participativa

- No dia 13 de junho foi publicada notícia na intranet sobre o início do processo de formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020 e disponibilizado banner com o link de acesso ao formulário de pesquisa. (Anexo III, p. 25 e 26)
- Na sessão administrativa do dia 18 de junho, a Presidência do TRE-PA fez um pronunciamento convocando magistrados, membros do Ministério Público, servidores, estagiários e colaboradores da instituição a participarem da Pesquisa para sugestão de Metas para o Poder Judiciário no ano de 2020. (Anexo III, p. 26 e 27)
- A presidência do Tribunal encaminhou, a todas as Zonas Eleitorais do Estado, o Ofício-Circular nº1/2019 convocando magistrados, servidores e membros do Ministério Público a participarem da pesquisa com o público interno. (Anexo III, p. 28)

Resultado da Consulta com Público Interno

- A consulta obteve a participação de 118 pessoas (Anexo III, p. 29 e 30), que apresentaram 52 sugestões de metas.
- A equipe do Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão analisou tecnicamente cada sugestão com base no Planejamento Estratégico do TRE-PA (Resolução TRE-PA nº 5.329/2016), nas Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral 2017-2020 (Resolução TSE nº 23.543/2017) e no direcionamento do CNJ pela instituição de metas que tratem das temáticas “Atenção à Saúde dos Servidores” e “ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, conforme definido na reunião preparatória para o encontro nacional.
- Após a seleção das sugestões pertinentes e a combinação entre diversas metas que se repetiam ou se complementavam, concluiu-se pelo seguinte rol de metas:

META NACIONAL	
TEMÁTICA	SUGESTÃO
ODS16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	- Estabelecer uma política igualitária, garantindo a valorização da diversidade humana e sua inclusão em todos os níveis do Poder Judiciário.
	- Promover ações de educação no combate à corrupção, estimulando a prática do bem comum, a lealdade processual e a prevenção de demandas.



Gestão Participativa

META NACIONAL	
TEMÁTICA	SUGESTÃO
ODS4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Promover ações de educação no combate à corrupção, estimulando a prática do bem comum e o fortalecimento da democracia.
Atenção à Saúde dos servidores	Identificar os problemas mais recorrentes que afetam a saúde física e mental dos servidores e desenvolver programas, na secretaria e nas zonas eleitorais, voltados para sua prevenção e combate.

META ESPECÍFICA	
TEMÁTICA	SUGESTÃO
Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade.	Promover, em parceria com outros órgãos, ações de cidadania em locais de difícil acesso na prestação de serviços da Justiça eleitoral.
	Promover o combate às notícias falsas, através da criação de canais de comunicação e de sistemas de verificação com acesso fácil pela sociedade.
	Promover campanhas de incentivo à participação política dos cidadãos, com disseminação de conhecimentos éticos e morais, bem como buscar difundir a importância de um processo democrático e de uma disciplina curricular sobre o tema no ensino básico.
Inovação tecnológica para desburocratização dos serviços prestados.	Padronizar e Informatizar ao menos 3 (três) serviços prestados pela Justiça Eleitoral.
	Adotar inovações tecnológicas para, de forma padronizada, desburocratizar e tornar mais célere pelo menos três serviços prestados pela Justiça Eleitoral, promovendo sua divulgação.

- Em reunião coordenada pelo Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão, com a participação da Alta Administração do Tribunal, foi definido, por votação e com os ajustes necessários, que as propostas de metas que representariam o TRE-PA na videoconferência do Subcomitê V, seriam as seguintes:

Identificar os problemas mais recorrentes que afetam a saúde física e mental dos servidores e desenvolver

programas, na secretaria e nas zonas eleitorais, voltados para sua prevenção e combate.

Adotar inovações tecnológicas para, de forma padronizada, desburocratizar e tornar mais célere pelo menos três serviços prestados pela Justiça Eleitoral, promovendo sua divulgação.

ATIVIDADE 4: Escolha da proposta de Meta do Subcomitê Gestor V (TREs do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima)

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência. O TRE-PA é coordenador do Subcomitê Gestor V da Justiça Eleitoral. Ata disponível no Anexo IV, p. 31 e 32.

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Videoconferência realizada no dia 25 de junho de 2019, às 13h, com transmissão para salas específicas nas sedes dos tribunais eleitorais do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima.

FINALIDADE

A atividade teve como objetivo definir as propostas de metas a serem apresentadas pelo Subcomitê Gestor V ao Comitê Gestor da Justiça Eleitoral coordenado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para isso, cada regional integrante do Subcomitê teve oportunidade de apresentar e defender as suas proposições.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	06	Não se aplica	Não se aplica
Não se aplica				

OBSERVAÇÕES:

Durante a videoconferência, que contou com a participação de representantes das unidades de gestão estratégica que integram o Subcomitê V, foram apresentadas e discutidas as propostas de cada regional, sendo as deliberações tomadas pelo voto da maioria e encaminhadas ao Comitê Gestor da Justiça Eleitoral, conforme consta a seguir:

- **Metas Nacionais:**

- Manter as 3 metas já existentes;
- Incluir a meta: Desenvolver programas voltados à prevenção e combate de, pelo menos, 5 das principais doenças que afetam a saúde física e mental dos servidores.

- **Metas Específicas:**

- Manter a meta 2: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral.
- Incluir a meta: Informatizar, pelo menos, 1 serviço disponibilizado pela Justiça Eleitoral.

Na sessão administrativa do dia 02 de julho, a Presidência do TRE-PA fez um pronunciamento informando sobre a finalização da 1º fase do Processo Participativo de Formulação das Metas do Judiciário, que foi realizada por meio de pesquisa com o público interno. Além disso, foram apresentadas as propostas de metas aprovadas pelos TRE's da região norte, em videoconferência, e que foram encaminhadas para o TSE. (Anexo IV, p. 32 e 33)

ATIVIDADE 5: Consulta Pública para Definição das Metas para 2020 (Ações de Divulgação e Escolha das Metas Proposta da Justiça Eleitoral)

MODALIDADE UTILIZADA

Consulta pública por formulário eletrônico para escolha da nova Meta Específica para a Justiça Eleitoral para 2020 e avaliação do grau de importância das Metas já existentes (Processo participativo - Portaria CNJ nº 114/2016, art. 4º, e Resolução CNJ nº 221/2016, art. 4º, III, e art. 5º). (Anexo V, p. 34)

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Pesquisa realizada no período de **24 de julho a 09 de agosto de 2019**, com formulário eletrônico disponibilizado nas páginas da internet do TRE-PA e do TSE, para consulta aberta a toda a sociedade.

FINALIDADE

A atividade teve como objetivo consultar a sociedade em geral para votação e escolha da nova Meta Específica para Justiça Eleitoral para 2020 e obter a percepção dos respondentes quanto à importância das Metas já existentes.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Magistrado		Servidor Público	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	429	316	Membros do MP = 8 Advogado = 20 Associação de Classe = 4
10	3			

OBSERVAÇÕES:

O Plano de Comunicação da pesquisa foi elaborado pelo TSE, com abrangência nacional. Nele foram estabelecidos os objetivos principais da

ação, definido o público alvo da consulta, propostas estratégias de comunicação e apresentadas tanto a identidade visual quanto as peças publicitárias que foram utilizadas na campanha de divulgação. (Anexo III, p. 20 e 22)

Aos setores de comunicação de cada regional competiu a tarefa de promover as devidas adequações e melhorias para implementação do Plano na sua respectiva circunscrição.

Ações de Divulgação

- No período de 23 de julho a 09 de agosto de 2019, o Tribunal enviou mensagens eletrônicas para magistrados, membros do MP e servidores, para informar sobre a consulta pública para escolha da Meta da Justiça Eleitoral para 2020. (Anexo V, p. 35 a 39)
- No período da consulta foram publicadas na intranet e internet do TRE notícias acerca do Processo Participativo com Consulta Pública para a escolha da Meta 2020 para a Justiça Eleitoral. (Anexo V, p. 40 a 42)
- Nas sessões administrativas de 25 de julho e 08 de agosto de 2019, a Presidência do TRE-PA manifestou-se para convocar a sociedade em geral a participar da consulta pública que visa definir o caminho a ser seguido pela Justiça Eleitoral no ano de 2020. (Anexo V, p. 42 a 44)
- Foram postadas mensagens no perfil do TRE-PA no Facebook. (Anexo V, p. 45 e 46)
- Foi publicada notícia no site Tribunal de Justiça do Estado do Pará divulgando a pesquisa de metas para a Justiça Eleitoral. (Anexo V, p. 47)
- A presidência do Tribunal encaminhou, a todas as Zonas Eleitorais do Estado, o Ofício-Circular ZE nº 2/2019 convocando magistrados, servidores e membros do Ministério Público a participarem da pesquisa com o público externo. (Anexo V, p. 48)
- Para realização da consulta pública com a sociedade contou-se com a colaboração de shoppings da Capital, OAB/PA e faculdades/universidades, onde foram aplicados os formulários de pesquisa. (Anexo V, p. 49 e 50).
- Abaixo listamos o cronograma de realização da pesquisa com a sociedade:
 - Ordem dos Advogados do Pará – OAB/PA – 24/07/2019
 - Sessão Plenária do TRE-PA – 25, 30/07 e 01/08/2019
 - Shopping Center Pátio Belém – 26 e 29/07/2019
 - Shopping Center Bosque Grão-Pará – 31/7/2019
 - Shopping Center Castanheira – 02/08/2019
 - Unidades Administrativas da Sede do TRE-PA – 5 e 9/08/2019
 - Central de Atendimento ao Eleitor - CAE – 06/08/2019
 - Faculdade Faci Wyden – 07/08/2019
 - Universidade da Amazônia – UNAMA – 08/08/2019



- Importante registrar que as ações realizadas nas instituições de ensino contaram com a participação de magistrados e servidores e foram voltadas ao público acadêmico do curso de direito. (Anexo V, p. 50)
Além da aplicação da pesquisa, a programação contou com a apresentação de 2 palestras:
1 - A criação do CNJ e sua atuação junto aos tribunais brasileiros para a eficiência dos serviços judiciais;
2 - O processo de formulação de Metas para o Poder Judiciário.

Resultado da Consulta Pública

- De acordo com os Relatório Analíticos (Anexo V, 51 a 73) emitidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, a Consulta Pública realizada pelo TRE-PA obteve a participação de 790 pessoas, que correspondeu a 16,5% do total de participantes a nível nacional.
Com esse desempenho apresentado, o Tribunal ocupou a 2ª posição no ranking entre os 27 tribunais regionais eleitorais, cabendo ressaltar que foi o Tribunal que obteve a maior participação da sociedade, com 316 questionários respondidos.
- Na consulta pública foram submetidas à votação duas propostas de metas para serem acompanhadas pela Justiça Eleitoral no ano de 2020, quais sejam:

“Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis.”

“Realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral.”

O relatório com o resultado final da pesquisa apontou como proposta vencedora, com 67,30% dos votos a seguinte meta:

“Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis”

- O resultado da Consulta Pública em âmbito nacional divulgado pelo TSE segue no Anexo V, p. 51 a 58.
- O resultado da Consulta Pública em âmbito regional (Pará) divulgado pelo TSE segue no Anexo V, p. 59 e 73.

ANEXO I - ATIVIDADE 1

- ➔ Email de institucional. Proposta de cronograma do subcomitê V – 07/06/2019

----- Forwarded message -----

De: Hérica Carla da Costa Sodré de Souza <hsodre@tre-pa.jus.br>

Date: sex, 7 de jun de 2019 às 16:29

Subject: Cronograma Metas 2020

To: Daniel Carlos Lima Corrêa <daniel.correa@tse.jus.br>, Flávio Augusto Nannetti Caixeta <flavio.caixeta@tre-mg.jus.br>, <regina.adv.geo@gmail.com>, Liziane Venâncio Queiroz <liziane.queiroz@tre-go.jus.br>, <sergio.campos@tre-pi.jus.br>, <Jose.carvalho@tre-ce.jus.br>

Cc: alessandro@tre-rr.jus.br <alessandro@tre-rr.jus.br>, Asplan@tre-ac.jus.br <Asplan@tre-ac.jus.br>, asplan@tre-am.jus.br <asplan@tre-am.jus.br>, asplan@tre-ap.jus.br <asplan@tre-ap.jus.br>, fabio.nunes@tre-am.jus.br <fabio.nunes@tre-am.jus.br>, marilene.ceni@tre-ro.jus.br <marilene.ceni@tre-ro.jus.br>

Colegas, bom dia!

Segue anexo sugestão consolidada do Subcomitê V sobre o cronograma de elaboração das Metas.

Esclareço que, visando a obtenção de tempo hábil para o envolvimento de magistrados e servidores na formulação das Metas, propomos a dilação do prazo de formulação em pelo menos uma semana, o que pode ser realizado através da revisão dos prazos concedidos para a análise e manifestação sobre a proposta de pesquisa, tudo conforme a sugestão de cronograma anexa.

--

Atenciosamente,

Hérica Carla da Costa Sodré de Souza

Assessora de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE/PA

(91) 3346-8620

hsodre@tre-pa.jus.br

ANEXO II - ATIVIDADE 2

➔ Ata da reunião do Presidente do Tribunal com os macrogestores



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

ATA - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE

ATA DA REUNIÃO DO PRESIDENTE COM REPRESENTANTES DAS MACROUNIDADES (DG, CRE, SA, SCIA, STI, SOFC, SJ SGP, OJE, EJE e ASCOM)

Data: 11/06/2019

Horário de Início: 14h

Horário de Término: 15h

Local: Auditório Ivan Mello

Coordenação: Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Pauta:

1. Apresentação do Prêmio CNJ de Qualidade;
2. Gestão Participativa - Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2020 (Seleção participativa das diretrizes gerais para definição das Metas do CNJ 2020)

PARTICIPANTES		
NOME	UNIDADE	EMAIL
Des. Roberto Gonçalves de Moura	PRE	robertomoura@tre-pa.jus.br
Osmar Nelson Ellery Frota	DG	ofrota@tre-pa.jus.br
Alessandro dos Santos Cruz	STI	acruz@tre-pa.jus.br
Renato Holanda Alves	SJ	renato.alves@tre-pa.jus.br
Ricardo Serruya de Medeiros	SOFC	rserruya@tre-pa.jus.br
Paulo Hélio da Costa Anjos Junior	SGP	panjos@tre-pa.jus.br
Walber joaquim dos remédios	SA	wremedio@tre-pa.jus.br
Jakson José Silva Ferreira	SCIA	jferreira@tre-pa.jus.br
Mayra Carvalho Cavalcante Pantoja e Silva	COAG	mcavalcante@tre-pa.jus.br
Ana Claudia Costa de Almeida Raiol	SCIA/SAC	anaclaudia@tre-pa.jus.br
Fernanda Marques de Azevedo Cordeiro	SCIA/SAC	fazevedo@tre-pa.jus.br
Luciana Cristina Soares Felipe	SCIA/SAC	lucianafelipe@tre-pa.jus.br
Maria Aparecida Almeida Pinto Nauar	CRE/SPJ	mpinto@tre-pa.jus.br
Luciana Maria Alves de Souza	CEJE	lsouza@tre-pa.jus.br
Rosa Helena Tavares de Cristo Alves	OJE/ASOUV	rchristo@tre-pa.jus.br
Hérিকা Carla da Costa Sodré de Souza	GPEG	hsodre@tre-pa.jus.br
Victor Hugo da Silva Santos	GPEG/NPGE	victorhugo@tre-pa.jus.br
Patrícia Guimarães Rocha de Saboya	GPEG/NPGI	patriciasaboya@tre-pa.jus.br
Edney José Martins Pereira	ASCOM	edneypereira@tre-pa.jus.br



Registros da reunião:

1. O Presidente, Des. Roberto Gonçalves de Moura, iniciou a reunião informando sobre nova premiação que foi instituída pelo CNJ através da Portaria nº 88/2019, o Prêmio CNJ de Qualidade, reforçando a importância do trabalho colaborativo que já vinha sendo desempenhado pelas unidades por conta do Selo Justiça em Números, e já culminou, inclusive, com a obtenção do prêmio máximo em 2017, o Selo Diamante.

2. A equipe da Coordenaria de Acompanhamento de Governança e Gestão, representada pelas servidoras Mayra Cavalcante e Ana Cláudia Raiol, apresentou as principais alterações/ inovações dispostas no novo normativo, enfatizando que a premiação foi segmentada em três eixos temáticos (Governança, Produtividade e Transparência e Informação), bem como a necessidade de o Tribunal estabelecer o compromisso de promover o constante aprimoramento da qualidade dos dados e informações prestados.

3. A chefe do Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão, Hérica Sodré, ressaltou que dentro do eixo Governança, um dos principais requisitos a ser atendido é a etapa da consulta pública para formulação das metas nacionais do Poder Judiciário, que tem por objetivo promover o aperfeiçoamento do judiciário, buscando proporcionar à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere, eficiente e transparente. Após, realizou uma breve apresentação sobre como será conduzido este processo de gestão participativa.

4. Nesse sentido, dando início à fase de elaboração da proposta de Metas, foi entregue formulário ao desembargador Presidente e aos representantes das macrounidades para captação das diretrizes gerais que nortearão todo o processo, através do qual foi coletada a visão da Alta Administração em relação aos seguintes aspectos:

- A continuidade do acompanhamento das 3 metas nacionais;
- O acompanhamento de metas nacionais que contemple os temas Saúde dos Servidores e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), inclusive com indicação de quais dos 17 objetivos devem ser perseguidos pelos tribunais, conforme proposto pelo CNJ na reunião preparatória;
- A continuidade do acompanhamento da meta específica voltada às ações para educação eleitoral, assim também como dando a oportunidade de sugestão de nova meta.

4. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ, Assessor**, em 27/08/2019, às 12:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HUGO DA SILVA SANTOS, Técnico Judiciário**, em 27/08/2019, às 12:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS, Secretário**, em 27/08/2019, às 12:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAKSON JOSÉ SILVA FERREIRA, Coordenador**, em 27/08/2019, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Gestão Participativa



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARQUES DE AZEVEDO CORDEIRO, Técnico Judiciário**, em 27/08/2019, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HÉLIO DA COSTA ANJOS JUNIOR, Coordenador**, em 27/08/2019, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA SOARES FELIPE, Analista Judiciário**, em 27/08/2019, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA GUIMARAES ROCHA DE SABOYA, Chefe de Núcleo**, em 27/08/2019, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONCALVES DE MOURA, Presidente**, em 27/08/2019, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA COSTA DE ALMEIDA RAIOL, Analista Judiciário**, em 27/08/2019, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS, Secretário**, em 28/08/2019, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAYRA CARVALHO CAVALCANTE PANTOJA E SILVA, Analista Judiciário**, em 28/08/2019, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **OSMAR NELSON ELLERY FROTA, Diretor Geral**, em 28/08/2019, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MARIA ALVES DE SOUZA, Coordenador**, em 28/08/2019, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DOS SANTOS CRUZ, Chefe de Núcleo**, em 29/08/2019, às 09:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA APARECIDA ALMEIDA PINTO NAUAR, Chefe de Seção**, em 29/08/2019, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO HOLANDA ALVES, Secretário**, em 29/08/2019, às 10:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSA HELENA TAVARES DE CHRISTO ALVES,**

Ata NPGE 0798876 SEI 0006551-92.2019.6.14.8000 / pg. 3



Assessor, em 30/08/2019, às 08:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDNEY JOSÉ MARTINS PEREIRA, Assessor**, em 30/08/2019, às 11:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0798876** e o código CRC **IAC4BA8E**.



➔ Formulário aplicado aos Macrogestores – Diretrizes Gerais

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

SELEÇÃO PARTICIPATIVA DAS DIRETRIZES GERAIS

Dando continuidade ao Processo de definição das Metas do Poder Judiciário para 2020, solicitamos que seja respondido o questionário abaixo, a fim de definirmos os temas que serão tratados na formulação das metas.:

METAS NACIONAIS

1. Você concorda com a manutenção da Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos?

SIM NÃO

2. Você concorda com a manutenção da Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos?

SIM NÃO

3. Você concorda com a manutenção da Meta Nacional 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais?

SIM NÃO

4. Você concorda com a proposta de criação de uma Meta Nacional que contemple o tema Saúde dos Servidores?

SIM NÃO

4.1 Em caso afirmativo, você concorda com a sugestão da Meta Nacional “*Criar pelo menos um programa/projeto/ação com vistas a reduzir as cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde e as cinco maiores causas de absenteísmo.*”

SIM NÃO

5. Você concorda com a proposta de criação de uma Meta Nacional que contemple os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030 (*descrição das ODS no verso*).

SIM NÃO

5.1 Em caso afirmativo, indique a numeração de até 03 ODS: _____, _____ e _____.

6. Você gostaria que fossem desenvolvidas outras Metas Nacionais?

SIM, Indique um tema: _____ NÃO

METAS ESPECÍFICAS

7. Você concorda com a manutenção da Meta Específica - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral?

SIM NÃO

8. Você gostaria indicar outro tema para uma nova Meta Específica?

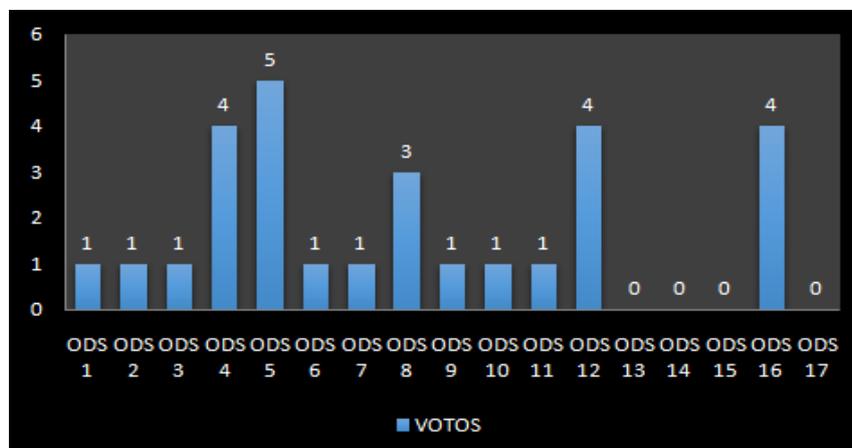
SIM, Indique um tema: _____ NÃO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

➔ Resultado da pesquisa – Priorização dos ODS





ANEXO III - ATIVIDADE 3

➔ Formulário Eletrônico – Pesquisa com o público interno Tribunal Regional Eleitoral do Pará Metas do Poder Judiciário 2020

As Metas do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

O processo de formulação das Metas idealizado pelo CNJ enfatiza a importância da gestão participativa como forma de democratizar a escolha dos novos rumos do Poder Judiciário. Desse modo, magistrados, membros do Ministério Público, servidores, estagiários e colaboradores da Justiça Eleitoral do Pará, poderão, no período de 13 a 21 de junho, apresentar sugestões para Metas Nacionais dentro dos temas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e Saúde dos servidores.

Em relação as Metas Específicas da Justiça Eleitoral, poderão ser apresentadas sugestões dentro dos temas:

- Transparência.
- Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade.
- Inovação tecnológica para desburocratização dos serviços prestados.
- Fortalecer políticas socioambientais.
- Participação feminina no cenário político.

Participe e contribua para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário!

Qual seu vínculo com a Justiça Eleitoral? *

1. Magistrado - Zona Eleitoral
2. Magistrado - Tribunal
3. Membro do Ministério Público
4. Servidor - Zona Eleitoral
5. Servidor - Secretaria
6. Colaborador
7. Estagiário

METAS NACIONAIS 2020

As Metas Nacionais são aquelas comuns a todos os segmentos de Justiça .

Descrição (opcional)

Você concorda com a manutenção das Metas Nacionais já existentes? *

	SIM	NÃO
Meta 1 - Julgar mais processos que os...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meta 2 - Julgar processos mais antigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meta 4 - Priorizar o julgamento dos pr...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Gestão Participativa

Escolha a temática de sua sugestão de Meta Nacional: *

- ODS5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- ODS4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao ...
- ODS12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- ODS16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à j...
- Atenção à Saúde dos servidores.

Escreva a sua sugestão de Meta Nacional para o Poder Judiciário, com base na temática escolhida.

Texto de resposta longa

METAS ESPECÍFICAS 2020

São aquelas voltadas para o aperfeiçoamento de um segmento específico, nesse caso, a Justiça Eleitoral.

Descrição (opcional)

Você concorda com a manutenção da Meta Específica - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral? *

Refere-se, sobretudo, a ações de esclarecimento sobre o efeito do voto nulo, branco e abstenção na eleição, a segurança do voto eletrônico e do processo eleitoral.

- SIM
- NAO

Escolha a temática de sua sugestão de Meta Específica: *

- Transparência
- Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade.
- Inovação tecnológica para desburocratização dos serviços prestados.
- Fortalecimento políticas socioambientais.
- Participação feminina no cenário político.
- Outros...

Escreva a sua sugestão de Meta Específica para a Justiça Eleitoral, com base na temática escolhida.

Texto de resposta longa



Gestão Participativa

➤ Plano de comunicação para divulgação da Pesquisa Interna e da Pesquisa Pública

PLANO DE COMUNICAÇÃO - METAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

1) Contextualização:

Na reunião dos assessores de Gestão Estratégica da Justiça Eleitoral, foram definidas algumas ações para dar início ao processo de formulação das Metas Nacionais e Específicas da Justiça Eleitoral para 2020, como:

- Preparação e aprovação do calendário de definição das Metas 2020;
- Preparação e divulgação da Pesquisa Pública.

A Resolução-CNJ nº 221/2016 apresenta princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas nacionais do CNJ, constituindo um passo importante em direção a uma gestão judiciária mais transparente, transversal e inclusiva; e a Portaria-CNJ nº 114/2016 regulamenta a referida resolução estabelecendo as diretrizes do processo participativo na formulação das metas nacionais, visando tornar o processo de construção mais plural e colaborativo.

2) Objetivo da campanha/ação:

- a) Divulgar e explicar a importância da realização da pesquisa pública.
- b) Incentivar a participação dos diversos públicos da JE na consulta pública.

3) Público alvo:

- a) magistrados
- b) servidores da JE
- c) usuários da Justiça Eleitoral

4) Canais de comunicação:

- a) Portal do TSE e dos TREs
- b) Intranet do TSE e dos TREs
- c) Redes sociais do TSE e TREs (Facebook, Twitter, Youtube, Instagram)
- d) Email
- e) Imprensa (releases/pautas)

5) Estratégia de Comunicação:

MOTE

Sugerimos como mote da campanha a frase: ***“A Justiça que você quer também depende de você!”***. A utilização desta frase tem como objetivo incentivar a participação popular no projeto, sugerindo uma atitude proativa e colaborativa de todos na construção de uma Justiça Eleitoral cada vez melhor.

LINGUAGEM

A campanha deve apresentar linguagem simples, objetiva e acessível, de forma a atender todos os públicos e promover um 'clima' de familiaridade e proximidade.

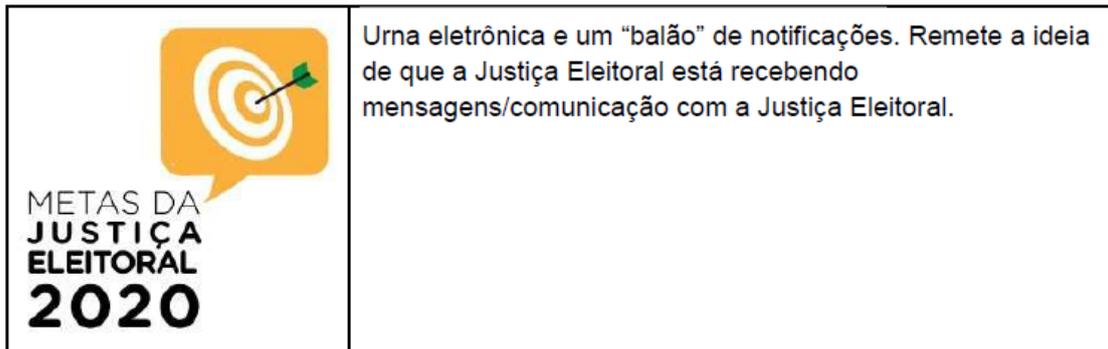


Gestão Participativa

AÇÕES SEGMENTADAS

Considerando a diversidade de públicos (servidores, magistrados, cidadãos), a estratégia de comunicação deve propor diferentes ações nos diversos canais disponíveis.

6) Identidade Visual:



Mensagens: Chegou a hora de falar sobre a Justiça Eleitoral! A Justiça que você quer também depende de você!

7) Ações/Peças propostas:

Portal e Intranet do TSE e dos TREs

- Banner eletrônico destacando a ação e com link para a página do formulário.
- Matérias sobre a pesquisa na Intranet e Portal

Redes sociais do TSE e TREs (Facebook, Twitter, Youtube, Instagram)

Gif animado: número de notificações do balão da urna aumentando.

Texto: Queremos receber a sua mensagem! Participe da pesquisa de Metas da JE para 2020. (link)

Card: Texto dentro da urna eletrônica: **A Justiça que você quer também depende de você! Dedo apertando o botão CONFIRMA.**

Texto: Participe da pesquisa de Metas da JE para 2020. (link)

TV/Vídeo 60” sobre o projeto para as redes sociais e TV Justiça

Pessoas falando sobre a Justiça Eleitoral (montagem com vários depoimentos).

Ícone de notificações aumentando. (identidade visual do projeto)

Chegou a hora de falar sobre a Justiça que você quer! Participe da pesquisa sobre as metas da Justiça Eleitoral para 2020.

Email

Convite digital - email (dois modelos, sendo um com foco em magistrados e outro para servidores e profissionais de órgãos externos), com link para a página sobre a pesquisa e o formulário (se possível, enviar o formulário aberto já no email).

Peças Gráficas

Cartaz para distribuição para os Regionais fixarem em cartórios e prédios públicos.

Imprensa (releases/pautas)

Distribuição de release/aviso de pauta para imprensa.

Matérias para Portal e Intranet.

Negociação com jornalistas e veículos especializados para publicação de notas sobre a pesquisa.

Rádio/TV

- Produção de spot para Rádio Justiça.
- Produção de vídeo 60” para veiculação na TV Justiça e Redes Sociais do TSE e TREs.
- Matérias para a TV e Rádio Justiça.

Arte da identidade visual para divulgação





➔ Mensagens eletrônicas – Consulta com o público interno

Encaminha. Ofício-Circular ZE nº 1 / 2019 - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE.

Gabinete da Presidência <gabpre@tre-pa.jus.br>

18 de junho de 2019 15:34

Para: Todas As Zonas do TRE PA <lista.zonas@tre-pa.jus.br>

Cc: "GPEG - Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão" <gpeg@tre-pa.jus.br>, npge <npge@tre-pa.jus.br>

Senhores(as),

Encaminho, para ciência, o Ofício-Circular ZE nº 1 / 2019 - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE do Exmo. Sr. Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, Presidente deste Tribunal.

Atenciosamente,



TRE/PA

Gabinete da Presidência

E-mail: gab-pre@tre-pa.jus.br

Voip: (91) 3346-8041/8042/8043/8044

 SEI_TRE-PA - 0798253 - Ofício-Circular ZE.pdf
144K



Victor Hugo da Silva Santos <victorhugo@tre-pa.jus.br>

TRE inicia o Processo de Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020

1 mensagem

ASCOM <ascom@tre-pa.jus.br>

13 de junho de 2019 15:16

Para: Todos Usuários do TRE PA <lista.todos@tre-pa.jus.br>

Público Interno já pode participar da consulta interna e contribuir no aprimoramento do Poder Judiciário

Desde 2009, com a instituição das Metas de Nivelamento, os órgãos do Poder Judiciário se reúnem anualmente para estabelecimento de suas metas e prioridades. No final de maio (29), o CNJ lançou o processo participativo de formulação das Metas Nacionais para 2020, com a presença de representantes de todas as instituições, durante a 1ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O que são as Metas Nacionais do Poder Judiciário?

As Metas têm como objetivo promover o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, representando o compromisso dos tribunais de proporcionar à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere, eficiente e transparente. Além disso, enfatiza-se a importância da gestão participativa como forma de democratizar a escolha dos novos rumos do Judiciário.

No Tribunal Regional Eleitoral do Pará, para o processo de formulação das Metas 2020, as temáticas para as quais serão propostas sugestões de aperfeiçoamento do Judiciário foram definidas - previamente e de forma colaborativa - pelo desembargador Presidente, em conjunto com os macrogestores, conforme detalhado abaixo:



Gestão Participativa

Metas Nacionais

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030;
- Atenção à saúde dos servidores

Metas Específicas

- Transparência;
- Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade;
- Inovação tecnológica para desburocratização dos serviços prestados;
- Fortalecer políticas socioambientais;
- Participação feminina no cenário político.

Em qual etapa estamos?

No processo de estabelecimento das Metas Nacionais, estamos no momento de participação do público interno dos tribunais, que ocorrerá no decorrer dos meses de junho e julho. No TRE do Pará, durante o período de 13 a 21 de junho, magistrados, membros do Ministério Público, servidores, estagiários e colaboradores da instituição poderão apresentar suas sugestões às metas com o preenchimento do formulário disponibilizado por meio do link: [Formulário Metas 2020](#).

O preenchimento é rápido e bastante amigável, e sua participação é fundamental, já que é o momento do público interno participar de forma efetiva na discussão e estabelecimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Após a conclusão da etapa interna de levantamento de sugestões, todas serão compiladas e analisadas pelo presidente do TRE, em conjunto com o Comitê Gestor da Justiça Eleitoral, que fecharão a proposta do segmento da Justiça Eleitoral que será colocado para análise e consulta popular à sociedade, possibilitando um envolvimento direto do cidadão na definição das Metas Nacionais a serem acompanhadas pelos tribunais durante o ano de 2020.



➔ Notícias e banner na intranet – Pesquisa com o Público interno

Notícia – 13/06/2019 – “TRE inicia o Processo de Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020”

[Página Inicial](#) > [Notícias](#) > [2019](#) > [Junho](#) > TRE inicia o Processo de Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020

TRE inicia o Processo de Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020

por mileneamaral — última modificação 13/06/2019 15:28

Público Interno já pode participar da consulta interna e contribuir no aprimoramento do Poder Judiciário.

Desde 2009, com a instituição das Metas de Nivelamento, os órgãos do Poder Judiciário se reúnem anualmente para estabelecimento de suas metas e prioridades. No final de maio (29), o CNJ lançou o processo participativo de formulação das Metas Nacionais para 2020, com a presença de representantes de todas as instituições, durante a 1ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.



O que são as Metas Nacionais do Poder Judiciário?

As Metas têm como objetivo promover o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, representando o compromisso dos tribunais de proporcionar à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere, eficiente e transparente. Além disso, enfatiza-se a importância da gestão participativa como forma de democratizar a escolha dos novos rumos do Judiciário.

No Tribunal Regional Eleitoral do Pará, para o processo de formulação das Metas 2020, as temáticas para as quais serão propostas sugestões de aperfeiçoamento do Judiciário foram definidas - previamente e de forma colaborativa - pelo desembargador Presidente, em conjunto com os macrogestores, conforme detalhado abaixo:

Metas Nacionais

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030;

- Atenção à saúde dos servidores

Metas Específicas

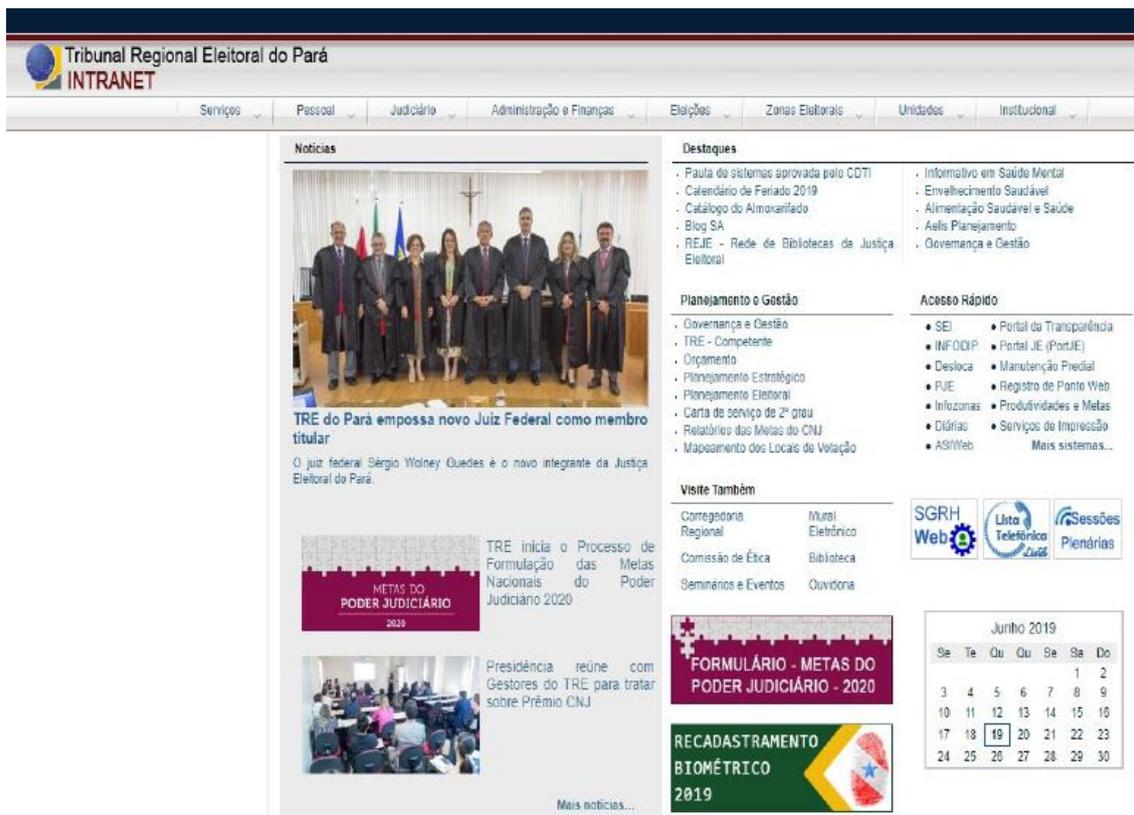
- Transparência;
- Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade;
- Inovação tecnológica para desburocratização dos serviços prestados;
- Fortalecer políticas socioambientais;
- Participação feminina no cenário político.

Em qual etapa estamos?

No processo de estabelecimento das Metas Nacionais, estamos no momento de participação do público interno dos tribunais, que ocorrerá no decorrer dos meses de junho e julho. No TRE do Pará, durante o período de 13 a 21 de junho, magistrados, membros do Ministério Público, servidores, estagiários e colaboradores da instituição poderão apresentar suas sugestões às metas com o preenchimento do formulário disponibilizado por meio do link: [🌐 Formulário Metas 2020](#).

O preenchimento é rápido e bastante amigável, e sua participação é fundamental, já que é o momento do público interno participar de forma efetiva na discussão e estabelecimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Após a conclusão da etapa interna de levantamento de sugestões, todas serão compiladas e analisadas pelo presidente do TRE, em conjunto com o Comitê Gestor da Justiça Eleitoral, que fecharão a proposta do segmento da Justiça Eleitoral que será colocado para análise e consulta popular à sociedade, possibilitando um envolvimento direto do cidadão na definição das Metas Nacionais a serem acompanhadas pelos tribunais durante o ano de 2020.



Tribunal Regional Eleitoral do Pará
INTRANET

Serviços | Pessoal | Judiciário | Administração e Finanças | Eleições | Zonas Eleitorais | Unidades | Institucional

Notícias

TRE do Pará empossa novo Juiz Federal como membro titular
O juiz federal Sérgio Wolney Guedes e o novo integrante da Justiça Eleitoral do Pará.

TRE inicia o Processo de Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020

Presidência reúne com Gestores do TRE para tratar sobre Prêmio CNJ

Destques

- Paula do sistema aprovada pelo CDTI
- Calendário de Feniado 2019
- Catálogo do Almoanizado
- Blog SA
- REJE - Rede de Bibliotecas de Justiça Eleitoral
- Informativo em Saúde Mental
- Envelhecimento Saudável
- Alimentação Saudável e Saúde
- Atas Planejamento
- Governança e Gestão

Planejamento e Gestão

- Governança e Gestão
- TRE - Competente
- Orçamento
- Planejamento Estratégico
- Planejamento Eleitoral
- Carta de serviço de 2º grau
- Relatórios das Metas do CNJ
- Mapeamento dos Locais de Votação

Visite Também

- Corregedoria Regional
- Comissão de Ética
- Seminários e Eventos
- Mural Eletrônico
- Biblioteca
- Ouvitoria

SGRH Web | **Linha Telefônica** | **Sessões Plenárias**

FORMULÁRIO - METAS DO PODER JUDICIÁRIO - 2020

RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO 2019

Junho 2019

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

➔ Manifestação da Presidência em Sessão Plenária Administrativa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SEAC – Seção de Apanhamento e Composição

Notas Taquigráficas da 41ª Sessão Ordinária Administrativa do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Data: 18 de junho de 2019

Início: 9h33min

Presidente: Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

Presentes os Senhores: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Juiz Federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes e Juizes Altamar da Silva Paes, Edmar Silva Pereira, José Alexandre Buchacra Araújo e Luzimara Costa Moura.

Ausência justificada: Juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães
Procuradora Regional Eleitoral: Dra. Nayana Fadul da Silva.
Secretário: Bel. Renato Holanda Alves – Secretário Judiciário

MANIFESTAÇÃO PROFERIDA:

(...)

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura – Bem, ainda na palavra franqueada eu gostaria de repassar um aviso a Corte e a todos os que nos veem e ouvem neste momento, a respeito da formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário/2019. Eu digo a respeito que iniciamos no último dia 13 as ações para a formulação das Metas Nacionais específicas a serem trabalhadas no Poder Judiciário e no segmento da Justiça Eleitoral no ano de 2020. O processo de formulação das metas idealizado pelo CNJ enfatiza a importância da gestão participativa como forma de democratizar a escolha dos novos rumos do Poder Judiciário. Neste sentido, no período de 13 a 21 de junho, magistrados, Membros do Ministério Público, servidores, estagiários e colaboradores da Justiça Eleitoral do Pará poderão apresentar suas sugestões através do formulário eletrônico, cujo link de acesso foi divulgado por mensagem de e-mail institucional e está disponível, também, através de um banner na nossa intranet. As sugestões serão analisadas pelos Presidentes dos TRE's e pelos comitês gestores da Justiça Eleitoral e deverão ser selecionadas em votação popular prevista para julho e agosto de 2019. Conto com a participação de todos que estão inseridos nos trabalhos da Justiça Eleitoral para juntos promovermos o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, buscando proporcionar à sociedade prestação jurisdicional mais célere, eficiente e transparente. Participem e apresentem as suas sugestões de meta.

Obrigado!

(...)

Encerrada a Sessão às 9h36min

Tradução: Ana Carla Mendonça



Gestão Participativa

➔ Ofício-Circular nº 1/2019 encaminhado às Zonas Eleitorais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

Ofício-Circular ZE nº 1 / 2019 - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE

Belém, 17 de junho de 2019.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Juiz(a) Eleitoral

Assunto: Construção das Metas do Poder Judiciário 2020.

Senhor(a) Juiz(a),

1. Considerando o compromisso de todos os tribunais com o Conselho Nacional de Justiça para formulação, anualmente, de Metas Nacionais para o aperfeiçoamento da Justiça brasileira, com o objetivo de proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

2. Considerando o caráter participativo e democrático da pesquisa, que deve contar com o envolvimento de magistrados, promotores e servidores para apresentação de propostas de metas a serem cumpridas pelo Judiciário no ano de 2020.

3. Informo que, durante o período de 14 a 21 de junho, ficará disponível na intranet deste Tribunal, através de um banner ou no [link](#), o formulário eletrônico de pesquisa para coleta das propostas.

4. Diante do exposto, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de participar e incentivar a participação e contribuição dos servidores e membros do Ministério Público na pesquisa com o público interno.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONCALVES DE MOURA, Presidente**, em 18/06/2019, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



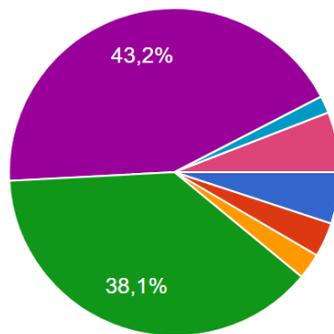
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0798253** e o código CRC **3D1DE094**.

➔ Resultado da Pesquisa com o Público Interno

Qual seu vínculo com a Justiça Eleitoral?

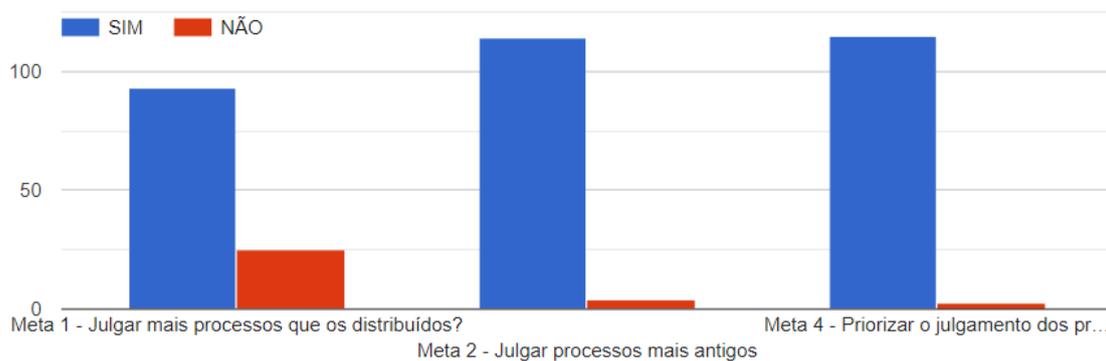
118 respostas

Magistrado ZE = 6
 Magistrado Tribunal = 4
 Membro do MP = 3
 Servidor ZE = 45
 Servidor Secretaria = 51
 Colaborador = 2
 Estagiário = 7



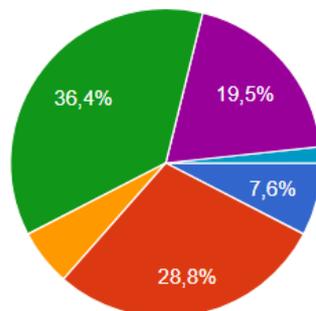
- Magistrado - Zona Eleitoral
- Magistrado - Tribunal
- Membro do Ministério Público
- Servidor - Zona Eleitoral
- Servidor - Secretaria
- Colaborador
- Estagiário

Você concorda com a manutenção das Metas Nacionais já existentes?



Escolha a temática de sua sugestão de Meta Nacional:

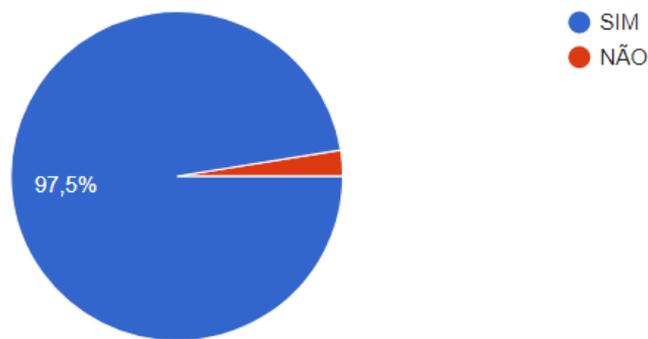
118 respostas



- ODS5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulh...
- ODS4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de calidad...
- ODS12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- ODS16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desen...
- Atenção à Saúde dos servidores.
- Saúde e qualidade de vida do servi...

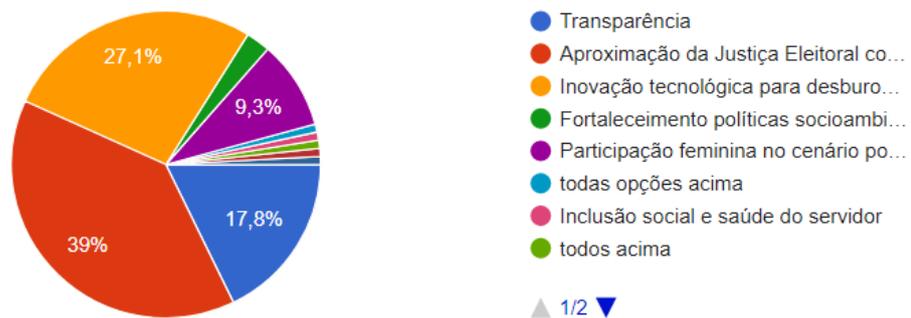
Você concorda com a manutenção da Meta Específica - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral?

118 respostas



Escolha a temática de sua sugestão de Meta Específica:

118 respostas



ANEXO IV - ATIVIDADE 4

➔ Ata da videoconferência do Subcomitê V



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

ATA - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE

ATA DA 1ª VIDEOCONFERÊNCIA DO SUBCOMITÊ GESTOR V PARA VOTAÇÃO NAS PROPOSTAS DE METAS DO PODER JUDICIÁRIO 2020

Data: 25/06/2019

Horário: Das 13h às 14h

Local: Sala de videoconferência nº 5000

Coordenação: Hérica Carla da Costa Sodré de Souza

PAUTA		
ASSUNTO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
Elaboração das Metas do Poder Judiciário 2020 – Definições do Subcomitê V	Definir as metas que irão representar o Subcomitê V	Concluído

PARTICIPANTES MEMBROS DO CONSELHO		
NOME	REGIONAL	EMAIL
Hérica Carla da Costa Sodré de Souza	TRE-PA	hsodre@tre-pa.jus.br
José Francisco da Silva Galvão	TRE-AC	jgalvao@tre-ac.gov.br
Kleber Cezar Merklein	TRE-AM	kleber.merklein@tre-am.jus.br
Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva	TRE-AP	claudio.xavier@tre-ap.jus.br
Ranieri Mota de Lima	TRE-RO	ranieri.lima@tre-ro.jus.br
Ricardo Luiz Corrêa	TRE-RR	ricardo.correa@tre-rr.jus.br

REGISTROS DA REUNIÃO:

A coordenadora do Subcomitê V, Hérica Sodré, iniciou a videoconferência apresentando alguns informes sobre o processo para formulação de Metas do CNJ 2020. Após a explanação, os regionais apresentaram os resultados obtidos durante a pesquisa com público interno.

Acerca das Metas Nacionais, todos os representantes se manifestaram favoráveis pela manutenção das três metas acompanhadas no ano de 2019. O tema “Atenção à saúde dos Servidores” foi apresentado como proposta pelos regionais de Rondônia, Amazonas, Amapá e Pará. Após discussões e ajustes, a descrição da meta ficou com a seguinte redação: “Desenvolver programas voltados à prevenção e combate de, pelo menos, 5 das principais doenças que afetam a saúde física e mental dos servidores”

Em suma, com relação às Metas Nacionais, o Subcomitê V deliberou pelo acompanhamento de 4 (quatro) metas no ano de 2020.

Na definição das Metas Específicas, os tribunais também foram unânimes pela replicação, no ano de 2020, da meta voltada à promoção de ações para educação eleitoral. No entanto, os representantes do TRE-AC, TRE-RR, TRE-RO e TRE-PA apresentaram as suas sugestões de metas específicas, com base no que havia sido coletado nas pesquisas com o público interno.

Por tratar-se, basicamente, de temas análogos, convencionou-se que, além da manutenção da Meta Específica 2/2019, seria encaminhado ao TSE, como proposta representativa do subcomitê V, a inclusão da meta: “Informatizar, pelo menos, 1 serviço disponibilizado pela Justiça Eleitoral”.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL	DATA LIMITE
Consolidar as propostas de metas nacionais e específicas representativas do subcomitê V, conforme deliberado na videoconferência	Coordenador do Subcomitê V	26/06/2019
Encaminhar email ao TSE com as propostas de Metas para 2020 do Subcomitê V	Coordenador do Subcomitê V	27/06/2019



Gestão Participativa

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL	DATA LIMITE
Consolidar as propostas de metas nacionais e específicas representativas do subcomitê V, conforme deliberado na videoconferência	Coordenador do Subcomitê V	26/06/2019
Encaminhar email ao TSE com as propostas de Metas para 2020 do Subcomitê V	Coordenador do Subcomitê V	27/06/2019



Documento assinado eletronicamente por **HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ, Assessor**, em 09/07/2019, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

[tps://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=874781&infra_siste...](https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=874781&infra_siste...) 1/2

4/07/2019

SEI/TRE-PA - 0810181 - Ata



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FRANCISCO DA SILVA GALVÃO, Usuário Externo**, em 09/07/2019, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Henrique Guerra Xavier da silva, Usuário Externo**, em 09/07/2019, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ranieri Mota de Lima, Usuário Externo**, em 09/07/2019, às 18:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Luiz Corrêa, Usuário Externo**, em 10/07/2019, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KLEBER CEZAR MERKLEIN, Usuário Externo**, em 23/07/2019, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0810181** e o código CRC **EA344CC0**.

➤ Manifestação da Presidência em Sessão Plenária Administrativa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SEAC – Seção de Apanhamento e Composição

Notas Taquigráficas da 45ª Sessão Ordinária Administrativa do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Data: 2 de julho de 2019

Início: 9h15min



Gestão Participativa

Presidente: Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Presentes os Senhores: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Juíza Federal Lucyana Said Daibes Pereira e Juízes Amilcar Roberto Bezerra Guimarães, Álvaro José Norat de Vasconcelos, José Alexandre Buchacra Araújo e Luzimara Costa Moura.
Férias: Juiz Federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes.
Procuradora Regional Eleitoral: Dra. Nayana Fadul da Silva.
Secretário: Bel. Renato Holanda Alves – Secretário Judiciário

MANIFESTAÇÃO PROFERIDA:

(...)

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura – Na palavra franqueada eu gostaria de comunicar à Corte, o plenário e às pessoas que nos assistem que foi finalizada na última semana a primeira fase do Processo Participativo de Formulação de Metas do Judiciário de 2020. Essa primeira etapa, servidores, colaboradores e magistrados puderam preencher um formulário eletrônico e sugerir redação para as Metas nacionais e específicas. Foram 118 respostas voltadas para a sustentabilidade, simplificação dos procedimentos, modernização dos serviços e saúde dos servidores. Como resultado desse processo interno e após alinhamento com demais TRE's da Região Norte, foi encaminhada ao TSE a proposta de inclusão da Meta Nacional “desenvolver programas voltados à prevenção e combate de pelo menos 5 das principais doenças que afetam a saúde física e mental dos servidores”, e da Meta Específica “informatizar pelo menos um serviço disponibilizado pela Justiça Eleitoral”. O TSE enquanto coordenador da Rede de Governança da Justiça Eleitoral consolidará as propostas para futura submissão à consulta popular. Vale ressaltar que em respeito e prestígio à participação do público interno, todas as sugestões serão convertidas em projetos internos ou encaminhadas às respectivas unidades para avaliar sua possibilidade e imediata implementação.

Era essa a mensagem que eu gostaria de passar aos colegas, ao plenário e às pessoas que nos assistem. Continua franqueada a palavra.

(...)

Encerrada a Sessão às 9h18min
Tradução: Ana Carla Mendonça

ANEXO V - ATIVIDADE 5

- ➔ Formulário eletrônico disponibilizado à Sociedade na Consulta Pública



Metas da Justiça Eleitoral 2020

Preencha o formulário abaixo e dê sua opinião sobre as metas nacionais e específicas a seguir elencadas.

Identificação:

- Sociedade Magistrado 2º Grau Magistrado 1º Grau
 Advogado Associação Servidor Público Ministério Público

Sexo:

- Feminino Masculino

Idade:

- 16 a 20 anos 21 a 24 anos 25 a 34 anos 35 a 44 anos
 45 a 59 anos 60 a 69 anos 70 a 79 anos Mais de 79 anos

Dentre as metas específicas elencadas abaixo, escolha qual você considera mais importante para a Justiça Eleitoral alcançar em 2020.

- Realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral.
 Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis.

Agora, avalie o grau de importância das metas a seguir, sendo próximo ao 0 menos importante e próximo ao 10 mais importante. (Dê sua Nota de 0 a 10)

- (____) Julgar mais processos que os distribuídos.
(____) Julgar processos mais antigos. (meta nacional)
(____) Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)
(____) Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)

Deixe aqui os comentários sobre as metas que achar necessários

➔ Mensagens eletrônicas – Consulta Pública

TRE dará início à Pesquisa de Metas Nacionais

ASCOM <ascom@tre-pa.jus.br>
Para: Todos Usuários do TRE PA <lista.todos@tre-pa.jus.br>

23 de julho de 2019 15:34



Justiça Eleitoral inicia Pesquisa de Metas Nacionais

Amanhã (24) toda a Justiça Eleitoral dará início à pesquisa que visa levantar junto aos públicos interno e externo as metas que devem integrar o seu planejamento para o próximo ano.

A Resolução - CNJ nº 221/2016 apresenta princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas nacionais do CNJ, constituindo um passo importante em direção a uma gestão judiciária mais transparente, transversal e inclusiva; e a Portaria - CNJ nº 114/2016 regulamenta a referida Resolução, estabelecendo as diretrizes do processo participativo na formulação das metas nacionais, visando tornar o processo de construção mais plural e colaborativo.

De **24 de julho até 09 de agosto** a pesquisa estará disponível no link que será publicado no site do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, que também possibilitará a participação da população em geral, presencialmente em entidades parceiras, como a OAB, onde o TRE disponibilizará uma atendente durante todo o dia 24, bem como shoppings, universidades e demais instituições parceiras.

Para a coordenadora do Gabinete de Planejamento e Gestão Estratégica do TRE do Pará, Hérica Souza, "participando da pesquisa, o cidadão contribuirá para definição do que deve ser priorizado pelo Poder Judiciário no ano 2020, permitindo com que a Justiça aperfeiçoe seus serviços e direcione sua atuação a partir da ótica de seu público externo".

Todo o mote da campanha de comunicação está centrada na frase: "A Justiça que você quer também depende de você!". A utilização desta frase tem como objetivo incentivar a participação popular no projeto, sugerindo uma atitude proativa e colaborativa de todos na construção de uma Justiça Eleitoral cada vez melhor.

A campanha apresenta linguagem simples, objetiva e acessível, de forma a atender todos os públicos e promover um 'clima' de familiaridade e proximidade. Considerando a diversidade de públicos (servidores, magistrados, cidadãos), a estratégia de comunicação propõe diferentes ações nos diversos canais disponíveis, como e-mail, redes sociais, postagens na intranet e no portal do tribunal.

Ainda de acordo com a coordenadora do GPEG, após o encerramento do período de coleta de respostas à pesquisa, "as metas mais votadas na consulta pública serão apresentadas ao CNJ que, após análise, as submeterá à aprovação no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, previsto para ocorrer em novembro. Uma vez aprovadas, as metas passam a ser obrigatórias e deverão ser cumpridas pelo Poder Judiciário no ano de 2020, com informe periódico do seu grau de execução".



Metas da Justiça Eleitoral 2020 - Já respondeu? Participe!

ASCOM <ascom@tre-pa.jus.br>
Para: Todos Usuários do TRE PA <lista.todos@tre-pa.jus.br>

24 de julho de 2019 10:07

Pesquisa das Metas da Justiça Eleitoral para 2020

Clique no link abaixo e participe:

<http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica/metad-da-justica-eleitoral-para-2020>



Metas da Justiça Eleitora 2020 - Participe!

Caixa de entrada x

ASCOM <ascom@tre-pa.jus.br>
para ASCOM, Cco:lista.todos

qui, 25 de jul 12:18

Já respondeu a [pesquisa](#) sobre as [Metas](#) Nacionais da Justiça Eleitoral?

Sua opinião é tão importante quanto o seu voto!

Participe! É só clicar no link abaixo!

<http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica/metad-da-justica-eleitoral-para-2020/formulario>



Já respondeu a pesquisa das Metas da Justiça Eleitoral? Sua participação é fundamental!

ASCOM <ascom@tre-pa.jus.br>
Para: ASCOM - Comunicação Social <ascom@tre-pa.jus.br>
Cco: lista.todos@tre-pa.jus.br

31 de julho de 2019 10:52

A Justiça Eleitoral quer ouvir você!

Participe da Pesquisa das Metas Nacionais e contribua na escolha das metas da Justiça Eleitoral de 2020.

É fácil! É rápido! É importante!

Clique aqui:

http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica/metas-da-justica-eleitoral-para-2020/formulario?fbclid=IwAR1RjbNg9Q3Mbo-3vcFLg4p3s3PdMGh9byxRF_tAQNv1x599NXRmoVTXU



Victor Hugo da Silva Santos <victorhugo@tre-pa.jus.br>

Importante - Metas da justiça eleitoral para 2020

Secretaria Judiciária <sj-gab@tre-pa.jus.br>

6 de agosto de 2019 14:11

Para: SJ-Todos <sj@tre-pa.jus.br>

Cc: "GPEG - Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão" <gpeg@tre-pa.jus.br>

Boa tarde,

Peço para todos os servidores da SJ que respondam ao questionário sobre as metas da justiça eleitoral para 2020:

<http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica/metas-da-justica-eleitoral-para-2020/formulario>.

Em tempo, após tal medida, peço que informem ao Gabinete da SJ, para consolidação dos participantes.

Atenciosamente,

Renato Alves
Secretário Judiciário



Tribunal Regional Eleitoral do Pará



Centro Cultural da Justiça Eleitoral participa da 27ª edição do Projeto Circular

A programação acontece de forma simultânea em vários pontos da cidade (...)

[Continue Lendo](#)



Justiça Eleitoral inicia Pesquisa de Metas Nacionais

A Justiça Eleitoral deu início a Pesquisa de Metas Nacionais com o público interno e externo. As metas fazem parte do planejamento e serão executadas durante o próximo ano (...)

[Continue Lendo](#)

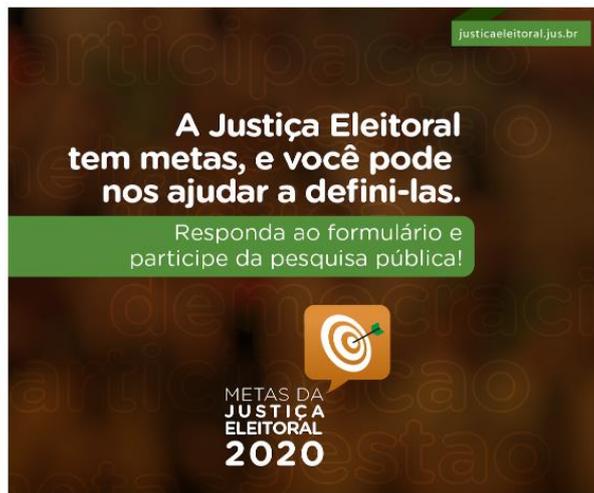
Metas Nacionais - Encerra Hoje! - Participe!

ASCOM <ascom@tre-pa.jus.br>
Para: ASCOM - Comunicação Social <ascom@tre-pa.jus.br>
Cco: lista.todos@tre-pa.jus.br

9 de agosto de 2019 11:05

Hoje encerra o prazo para participar da elaboração das Metas Nacionais da Justiça Eleitoral.
Se você ainda não respondeu o formulário, não perca essa oportunidade.
As respostas são rápidas e com elas você participa efetivamente da definição das metas do ano que vem.

Clique **aqui**: <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica/metad-da-justica-eleitoral-para-2020/formulario>



➤ Notícias e banner na intranet/internet – Consulta Pública

Notícia/Internet/Intranet – 24/07/2019 – “Justiça Eleitoral inicia Pesquisa de Metas Nacionais”



Acesso: Acessibilidade | Transparência

Tribunal Regional Eleitoral-PA

Eleitor e eleições | Partidos | **Comunicação** | Jurisprudência | Legislação | Serviços judiciais | O TRE

Imprensa / 2019 / Julho / Justiça Eleitoral inicia Pesquisa de Metas Nacionais

Justiça Eleitoral inicia Pesquisa de Metas Nacionais

A Justiça Eleitoral inicia, hoje, a Pesquisa de Metas Nacionais com o público interno e externo. As metas fazem parte do planejamento e serão executadas durante o próximo ano.

24.07.2019 | 10:20



CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS

Notícias em destaque

Codeje inicia programação

Escola Judiciária Eleitoral do Pará e OAB-PA promovem debate sobre Crimes Eleitorais

Servidor do TRE participa da eleição para o Parlamento Europeu

Eleitores devem ficar atentos ao fim do cadastramento biométrico

YouTube | Instagram

A Resolução - CNJ nº 221/2016 apresenta princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas nacionais do CNJ, constituindo um passo importante em direção a uma gestão judiciária mais transparente, transversal e inclusiva; e a Portaria - CNJ nº 114/2016 regulamenta a referida Resolução, estabelecendo as diretrizes do processo participativo na formulação das metas nacionais, visando tornar o processo de construção mais plural e colaborativo.

A partir de hoje a pesquisa estará disponível no site do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, que também possibilitará a participação da população em geral, presencialmente em entidades parceiras, como a OAB, onde o TRE disponibilizará uma atendente durante todo o dia 24, bem como shoppings, universidades e demais instituições parceiras.

Para a coordenadora do Gabinete de Planejamento e Gestão Estratégica do TRE do Pará, Hérica Souza, "participando da pesquisa, o cidadão contribuirá para definição do que deve ser priorizado pelo Poder Judiciário no ano 2020, permitindo com que a Justiça aperfeiçoe seus serviços e direcione sua atuação a partir da ótica de seu público externo".

Todo o mote da campanha de comunicação está centrada na frase: "A Justiça que você quer também depende de você!". A utilização desta frase tem como objetivo incentivar a participação popular no projeto, sugerindo uma atitude proativa e colaborativa de todos na construção de uma Justiça Eleitoral cada vez melhor.

A campanha apresenta linguagem simples, objetiva e acessível, de forma a atender todos os públicos e promover um 'clima' de familiaridade e proximidade. Considerando a diversidade de públicos (servidores, magistrados, cidadãos), a estratégia de comunicação propõe diferentes ações nos diversos canais disponíveis, como e-mail, redes sociais, postagens na intranet e no portal do tribunal.

Ainda de acordo com a coordenadora do GPEG, após o encerramento do período de coleta de respostas à pesquisa, "as metas mais votadas na consulta pública serão apresentadas ao CNJ que, após análise, as submeterá à aprovação no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, previsto para ocorrer em novembro. Uma vez aprovadas, as metas passam a ser obrigatórias e deverão ser cumpridas pelo Poder Judiciário no ano de 2020, com informe periódico do seu grau de execução". Para participar basta responder o formulário disponível [aqui](#).

Notícia/Internet/Intranet – 08/08/2019 – “Metas da Justiça Eleitoral são debatidas por estudantes”

Acessibilidade  Transparência 


Eleitor e eleições
Partidos
Comunicação
Jurisprudência
Legislação
Serviços judiciais
O TRE
Q 

 / Imprensa / 2019 / Agosto / Metas Da Justiça Eleitoral são debatidas por estudantes

Metas Da Justiça Eleitoral são debatidas por estudantes

A programação é realizada pelo TRE do Pará com intuito reforçar a participação da sociedade na elaboração das metas que serão executadas pela Justiça Eleitoral em 2020.

08.08.2019 | 14:30







Na manhã da última quarta-feira, 7, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou uma palestra, de âmbito acadêmico, na instituição de ensino superior – Faci. O evento foi aberto pelo Juiz e membro da corte do TRE, Amílcar Bezerra Guimarães, que esclareceu todas as dúvidas dos estudantes do curso de Direito, além do corpo docente da instituição que também fez questão de participar. O papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e questionamentos referentes ao funcionamento e importância das Metas Nacionais executadas pela Justiça Eleitoral, foram pautados.

“As Metas do Judiciário representam os anseios da sociedade em relação à atuação da Justiça Eleitoral, tendo como objetivo o aperfeiçoamento do serviço prestado à sociedade com celeridade, qualidade e eficiência”, disse Victor Hugo da Silva, do Gabinete de Planejamento e Gestão Estratégica (GPEG)

“Essa palestra não só tem serventia para o entendimento do funcionamento estrutural do poder jurídico como um todo, mas também, como fase de junção com nossa matriz curricular. Não somente para desenvolver vários conhecimentos complementares aos funcionamentos gerais do nosso sistema político, além de ser uma oportunidade de esclarecer mais sobre nosso panorama estrutural do setor judiciário”, falou o estudante do quarto semestre do curso de Direito, Heitor França.

O evento faz parte da programação elaborada pelo GPEG, que garante a oportunidade do público interno, externo e sociedade civil, de participar da escolha das demandas mais relevantes e que devem ser executadas pela Justiça Eleitoral. Desde o dia 24 de julho, equipes do TRE têm montado pontos de participação popular nos shoppings da capital, bem como em unidades de ensino. A programação segue durante esta quinta-feira, 8, na Universidade da Amazônia (Unama), a partir das 14h, e conta com a presença do Juiz de Direito, Edmar Silva Pereira.

Participar da pesquisa é bem rápido e fácil, basta responder ao questionário que está disponível [aqui](#), e com alguns *clicks* você contribui para melhoria dos serviços ofertados pela Justiça Eleitoral. Participe!

Conselho Nacional de Justiça

“Desde 2009, o CNJ estabelece metas para justiça com o intuito de garantir a transparência do poder judiciário. Metas, estas, que visam retribuir e proporcionar para sociedade, um serviço de maior facilidade e qualidade, atendendo a real demanda da população”, explicou o juiz Amílcar Bezerra Guimarães.

Em 2017, o TRE do Pará foi eleito, em primeiro lugar, como o portal de maior transparência do país. A pesquisa das metas para 2020, encerra no dia 09 de agosto e segue aberta ao público.

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS

Notícias em destaque



Codeje inicia programação

Escola Judiciária Eleitoral do Pará e OAB-PA promovem debate sobre Crimes Eleitorais

Servidor do TRE participa da eleição para o Parlamento Europeu

Eleitores devem ficar atentos ao fim do recadastramento biométrico

YouTube
Instagram

[Acessibilidade](#) [Contato](#)



Tribunal Regional Eleitoral do Pará
INTRANET

apenas nesta seção

Serviços Pessoal Judiciário Administração e Finanças Eleições Zonas Eleitorais Unidades Institucion

[Acessar](#)

Notícias



Justiça Eleitoral inicia Pesquisa de Metas Nacionais

A Justiça Eleitoral inicia, hoje, a Pesquisa de Metas Nacionais com o público interno e externo. As metas fazem parte do planejamento e serão executadas durante o próximo ano.



Moradores de Bragança votaram e escolheram a nova imagem do Padroeiro da cidade



Corregedoria do TRE segue com correções no interior do Pará

[Mais notícias...](#)

Destaques

- Pauta de sistemas aprovada pelo CDTI
- Calendário de Feriado 2019
- Catálogo do Almoxarifado
- Blog SA
- REJE - Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral

Planejamento e Gestão

- Governança e Gestão
- TRE - Competente
- Orçamento
- Planejamento Estratégico
- Planejamento Eleitoral
- Carta de serviço de 2º grau
- Relatórios das Metas do CNJ
- Mapeamento dos Locais de Votação

Visite Também

- Corregedoria Regional
- Comissão de Ética
- Seminários e Eventos

- Mural Eletrônico
- Biblioteca
- Ouidoria

Acesso Rápido

- SEI
- INFODIP
- Desloca
- PJE
- Infozonas
- Diárias
- ASIWeb
- Portal da Transparência
- Portal JE (PortJE)
- Manutenção Predial
- Registro de Ponto Web
- Produtividades e Metas
- Serviços de Impressão
- Mais sistemas...





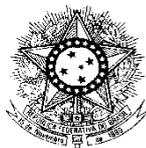



Julho 2019

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

[Links Úteis](#)

➔ Manifestação da Presidência em Sessão Plenária Administrativa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SEAC – Seção de Apanhamento e Composição

Notas Taquigráficas da 52ª Sessão Ordinária Administrativa do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Data: 25 de julho de 2019

Início: 8h59min

Presidente: Desembargador Roberto Gonçalves de Moura.

Presentes os Senhores: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Juiz Federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes e Juízes Amílcar Roberto Bezerra Guimarães, Álvaro José Norat de Vasconcelos, José Alexandre Buchacra Araújo e Luzimara Costa Moura.

Procurador Regional Eleitoral, substituto: Dr. Paulo Roberto Sampaio Santiago.

Secretário: Bel. Vespasiano José de Rubim Nunes Neto – Secretário Judiciário, em exercício.

MANIFESTAÇÃO PROFERIDA:

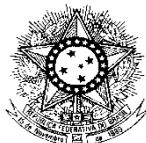
(...)

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura – E por fim, ainda na palavra franqueada, eu gostaria de comunicar à Corte que estamos dando continuidade ao Processo de Formulação das Metas do Judiciário, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça. “Iniciamos ontem, dia 24 de julho a consulta pública para a escolha das Metas da Justiça Eleitoral para o ano de 2020; as opções de metas foram construídas após a contribuição de todos os Regionais que realizaram pesquisa interna e encaminharam ao respectivo subcomitê Regional as propostas apresentadas por servidores, colaboradores, magistrados e promotores de Justiça. O Comitê Nacional, coordenado pelo Tribunal Superior Eleitoral propôs a manutenção das três metas nacionais voltadas à celeridade e priorização dos feitos judiciais e selecionou duas metas específicas para submeter à votação popular. São elas: realizar ações de incentivo a participação feminina no processo eleitoral e realizar ação de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis. O formulário já está disponível na internet e intranet deste Regional, onde também podem ser obtidos os esclarecimentos sobre cada uma das metas. Vale ressaltar que todo esse processo de formulação que se iniciou em maio, visa enfatizar a gestão participativa e com isso democratizar a escolha das metas específicas da Justiça Eleitoral. Logo, é essencial que servidores, magistrados, colaboradores, advogados, promotores, acadêmicos e a sociedade em geral votem e contribuam para a definição do caminho a ser seguido por esta Justiça Especializada no ano de 2020”

(...)

Encerrada a Sessão às 9h18min

Tradução: Ana Carla Mendonça



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**

**SECRETARIA JUDICIÁRIA
SEAC – Seção de Apanhamento e Composição**

**Notas Taquigráficas da 56ª Sessão Ordinária Administrativa
do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.**

Data: 8 de agosto de 2019

Início: 9h03min

Presidente: Desembargador Roberto Gonçalves de Moura.

Presentes os Senhores: Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, Juiz Federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes e Juízes Amilcar Roberto Bezerra Guimarães, Edmar Silva Pereira, José Alexandre Buchacra Araújo e Luzimara Costa Moura.

Ausência justificada: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento.

Férias: Juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos.

Procuradora Regional Eleitoral: Dra. Nayana Fadul da Silva.

Secretário: Bel. Renato Holanda Alves – Secretário Judiciário.

MANIFESTAÇÃO PROFERIDA:

(...)

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura – Ainda na palavra franqueada, eu comunico a todos que amanhã é o último dia de consulta pública para a escolha das Metas da Justiça Eleitoral para o ano de 2020. A votação é popular e é uma fase muito relevante do processo de formulação de Metas, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça, pois permitirá que a Justiça Eleitoral ouça diretamente os seus jurisdicionados, o que eles almejam, concretizando a gestão participativa. Por isso convido os Senhores advogados aqui presentes e que ainda não o fizeram, bem como, os servidores, magistrados, Ministério Público e a sociedade de modo geral a contribuir para a definição das prioridades do Judiciário e com a construção de uma Justiça Eleitoral mais eficiente, sustentável, acessível e inclusiva. Para votar basta acessar o site deste Tribunal www.tre-pa.jus.br clicar no banner das metas e escolher uma das duas Metas em votação; uma voltada para a prática de sustentabilidade e a outra para o incentivo à participação feminina no processo eleitoral. O prazo se encerra amanhã, de forma que conto com a participação de todos. Inclusive ontem, eu gostaria de agradecer a participação do decano desta Corte, Dr. Amilcar Guimarães que esteve na Faculdade, qual foi mesmo Excelência?

Juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães – FACL.

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura – Na FACL e representou este Tribunal lá, num evento ligado ao cumprimento da Meta. Muito obrigado Excelência. Alguma palavra a falar sobre o evento de ontem na Faculdade?

Juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães – Não, não.

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura – Obrigado, então!

(...)

Encerrada a Sessão às 9h09min

Tradução: Ana Carla Mendonça

➔ Postagens no Facebook





Gestão Participativa



Tribunal Regional Eleitoral do Pará
@tredopara

- Página inicial
- Sobre
- Fotos
- Avaliações
- Vídeos
- Publicações**
- Comunidade
- Eventos

[Criar uma Página](#)

Curtiu Seguindo Compartilhar ...

Enviar mensagem

Tribunal Regional Eleitoral do Pará
1 h ·

"A Justiça que você quer, também depende de você!"
Participe da Pesquisa de Metas Nacionais da Justiça Eleitoral.
É simples e rápido, e você contribui para definir as metas de 2020 da JE.
Só clicar no link:
<http://www.tse.jus.br/.../metas-da-justica-eleitor.../formulario>

4.4 4,4 de 5 · Com base na opinião de 48 pessoas



METAS DA JUSTIÇA ELEITORAL 2020

TODOS PELA JUSTIÇA QUE A GENTE QUER!

PESQUISA PÚBLICA
PARTICIPE DA DEFINIÇÃO DAS METAS DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA 2020.

ACESSE O FORMULÁRIO NO SITE:
tse.jus.br/metasje2020



SOBRE TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

74 Anos de Cidadania

O início

Os registros históricos sugerem que as atividades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará se ...

[Ver mais](#)

Comunidade [Ver tudo](#)

- Convide seus amigos para curtir esta Página
- 3.291 pessoas curtiram isso
- 3.384 pessoas estão seguindo isso
- Marcus Deise e outros 77 amigos curtiram isso ou fizeram check-in
- 2.934 check-ins



Sobre [Ver tudo](#)

Rua João Diogo 288, Campina (2,62 km)
66015-902 Belém

Como chegar

(91) 3346-8000

Normalmente responde em um dia

[Enviar mensagem](#)

www.tre-pa.jus.br

Osmar Frota e outras 6 pessoas 2 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

- ➔ Notícia publicada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Notícia – 24/07/2019 – “TRE inicia pesquisa sobre metas nacionais”

The screenshot shows the website of the Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. The header includes the CNJ logo and the text 'Gestão Participativa'. The main navigation bar contains links for 'Início', 'Sobre o TJPA', 'Consultas', 'Notícias', 'Acervo Digital', 'Ações e Programas', and 'Transparência'. The article 'TRE inicia pesquisa sobre metas nacionais' is dated 24/07/2019 16:05 and has the sub-headline 'Interessados podem participar através do site da instituição'. The article features an illustration of people with speech bubbles and a text box stating 'Consulta Pública do TRE-PA seguirá até o dia 9 de agosto'. The text of the article explains that the Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) is conducting a survey on national goals for 2020, aiming for the highest possible participation of magistrates, staff, and citizens. It mentions Resolution 221/2016 of the CNJ and provides information on how to participate, either online or in person at partner entities like the Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A sidebar on the right lists 'Últimas Notícias' with various headlines such as 'Lei Maria da Penha é levada a fuzileiros' and 'Santarém alerta sobre violência'. The footer of the article credits the 'Coordenadora de Imprensa' as Anna Carla Ribeiro and the 'Foto' as WEB.



Gestão Participativa

➔ Ofício-Circular nº 2/2019 encaminhado às Zonas Eleitorais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

Ofício-Circular ZE nº 2 / 2019 - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE

Belém, 08 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(a) Eleitoral

Assunto: **Pesquisa. Metas da Justiça Eleitoral 2020**

Senhor(a) Juiz(a),

1. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, desde o dia 24 de julho e até o próximo dia 9 de agosto, está disponível no [link](#) publicado no site Tribunal Regional Eleitoral do Pará a consulta pública para definição das Metas da Justiça Eleitoral para o ano de 2020.

2. Ressalto que a referida consulta é uma das fases mais importantes, trata-se de uma fase muito relevante do processo de formulação de metas idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça, pois permitirá que a Justiça Eleitoral ouça diretamente de seu público interno e externo o que deve ser priorizado em 2020, concretizando assim a gestão participativa como instrumento de aperfeiçoamento da atuação do Judiciário e de aproximação deste com a sociedade.

3. Nesse contexto, considerando a importância do envolvimento de magistrados, promotores e servidores no processo descrito, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de participar da consulta pública e incentivar a participação de todos os servidores lotados na Zona Eleitoral, bem como do respectivo membro do Ministério Público.

4. Por fim, solicito que seja certificado nos autos deste processo SEI a ciência deste ofício e a quantidade de participantes do Cartório Eleitoral.

Atenciosamente.



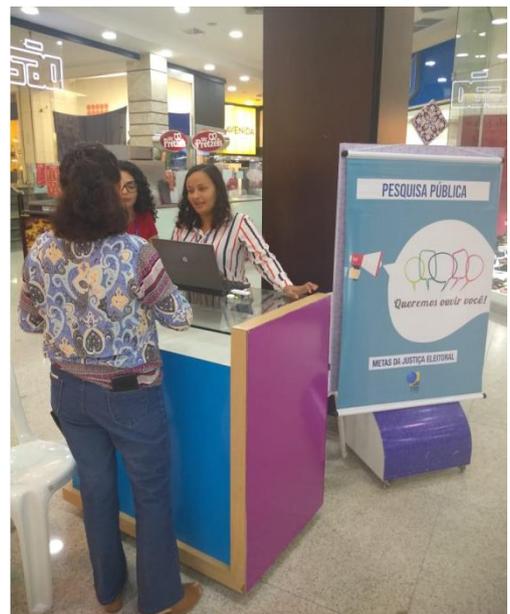
Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONCALVES DE MOURA, Presidente**, em 08/08/2019, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0834161** e o código CRC **71AC0FDF**.

CNU Gestão Participativa

- Ações realizadas para aplicação do formulário de pesquisa



CNU Gestão Participativa



➔ Palestras nas faculdades



➔ Resultado da Consulta Pública em âmbito nacional divulgado pelo TSE

1. Introdução:

A pesquisa prevista na Resolução nº 221/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que indicou a necessidade da realização de consulta pública como etapa preliminar ao processo de formulação das metas nacionais do Poder Judiciário foi lançada no dia 18/08/2018 e ficou disponível até o dia 31/07/2018 para que a sociedade civil e os profissionais da área jurídica ajudassem a definir as metas mais importantes da Justiça Eleitoral para 2020. O objetivo é tornar o processo de escolha dessas metas o mais participativo possível.

2. Perfil dos respondentes

Magistrados, advogados, membros do Ministério Público, servidores públicos, associações de classe e cidadãos em geral responderam o questionário, disponível no portal do TSE na internet, e avaliaram o grau de relevância de cada uma das metas propostas.

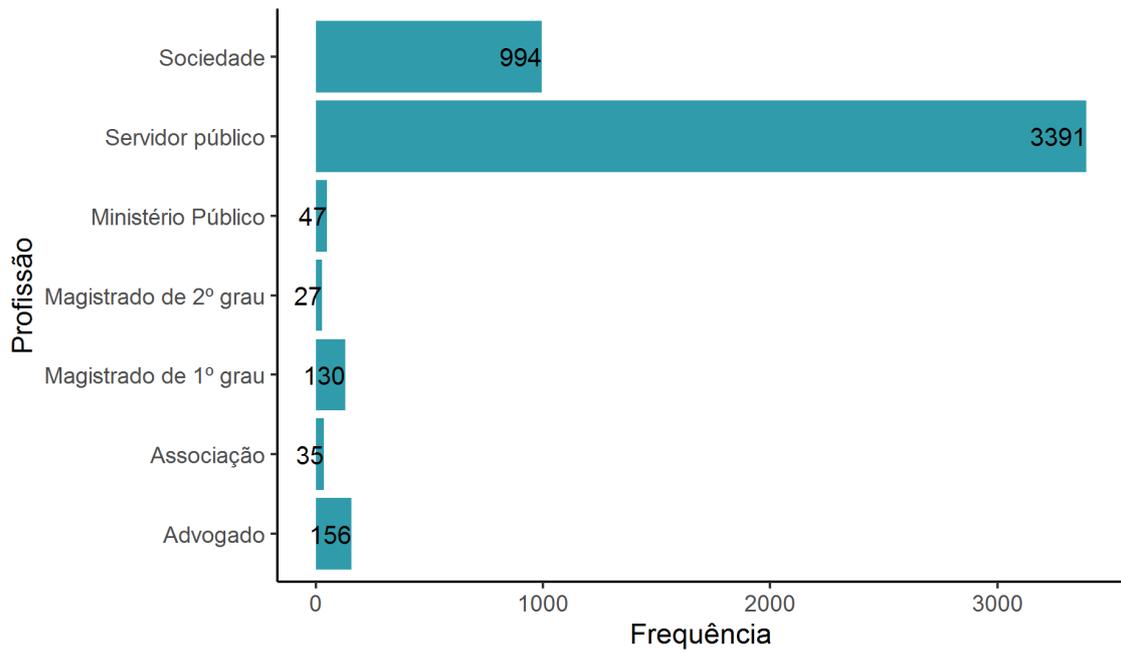
A pesquisa foi respondida por 4.780 indivíduos, conforme perfil a seguir:

2.1. Identificação

Identificação	Quantidade	%
Advogado	156	3,26%
Associação	35	0,73%
Magistrado de 1º grau	130	2,72%
Magistrado de 2º grau	27	0,56%
Ministério Público	47	0,98%
Servidor público	3391	70,94%
Sociedade	994	20,79%
Total	4.780	100,00%

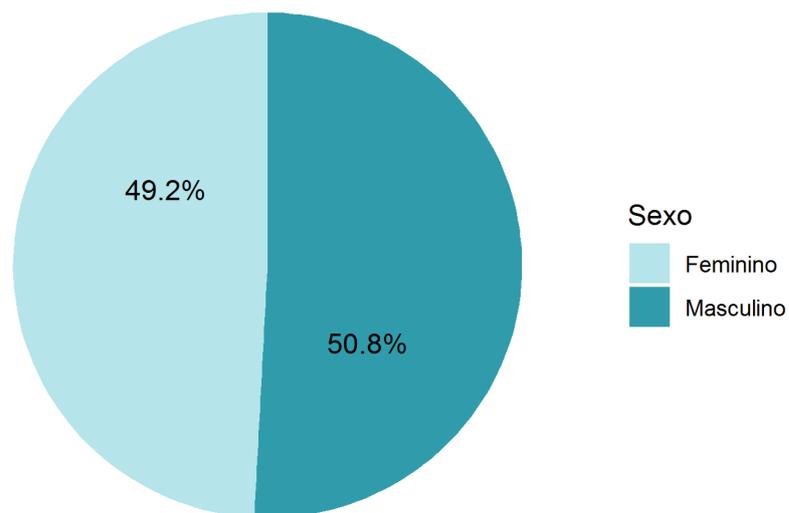


Gestão Participativa



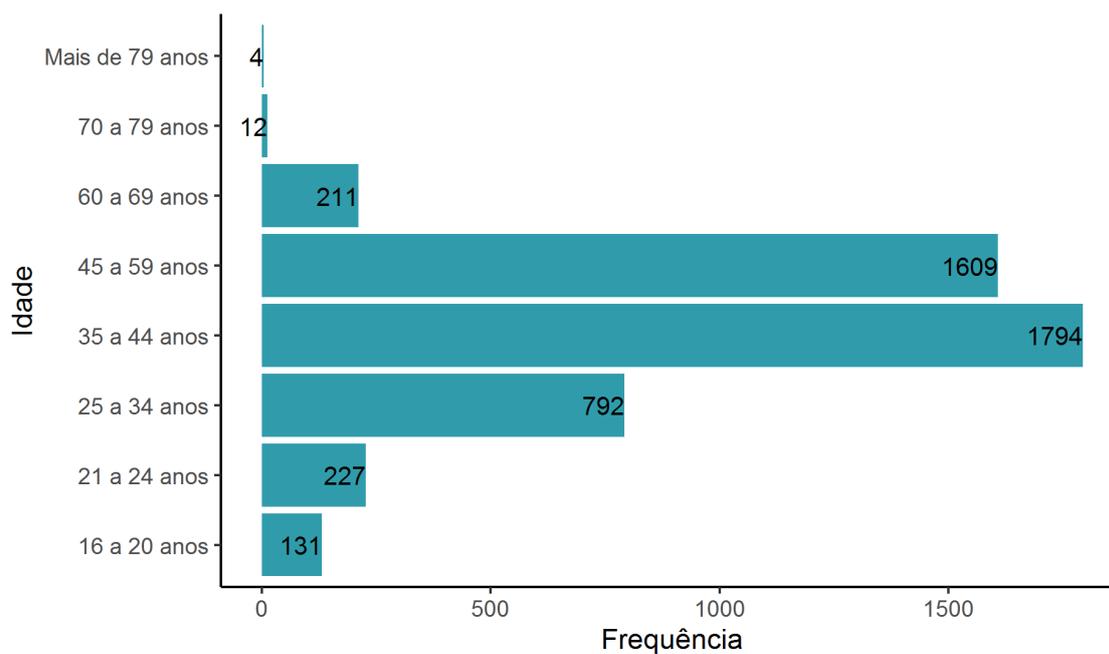
2.2. Gênero

Gênero	Quantidade	%
Feminino	2350	49,16%
Masculino	2430	50,84%
Total	4.780	100,00%



2.3. Faixa Etária

Faixa Etária	Quantidade	%
16 a 20 anos	131	2,74%
21 a 24 anos	227	4,75%
25 a 34 anos	792	16,57%
35 a 44 anos	1794	37,53%
45 a 59 anos	1609	33,66%
60 a 69 anos	211	4,41%
70 a 79 anos	12	0,25%
Mais de 79 anos	4	0,08%
Total	4.780	100,00%



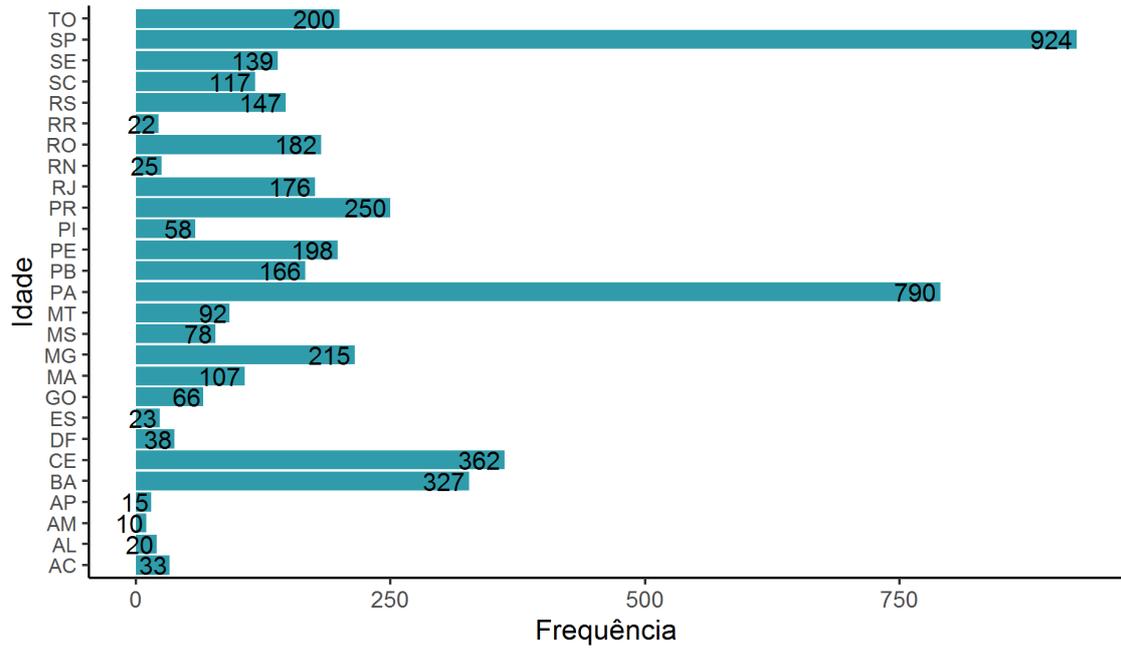


2.4. UF

UF	Quantidade	%
AC	33	0,7%
AL	20	0,4%
AM	10	0,2%
AP	15	0,3%
BA	327	6,8%
CE	362	7,6%
DF	38	0,8%
ES	23	0,5%
GO	66	1,4%
MA	107	2,2%
MG	215	4,5%
MS	78	1,6%
MT	92	1,9%
PA	790	16,5%
PB	166	3,5%
PE	198	4,1%
PI	58	1,2%
PR	250	5,2%
RJ	176	3,7%
RN	25	0,5%
RO	182	3,8%
RR	22	0,5%
RS	147	3,1%
SC	117	2,4%
SE	139	2,9%
SP	924	19,3%
TO	200	4,2%
Total	4.780	100,00%



Gestão Participativa



3. Resultados

3.1. Nota para meta

Parâmetro	Meta			
	Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)	Julgar processos mais antigos (meta nacional)	Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)	Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)
Média	8,14	8,87	9,38	8,85
Mediana	8,00	10,00	10,00	10
Desvio Padrão	2,04	1,67	1,39	1,86

Os respondentes foram questionados sobre a nota que davam para a importância de cada uma das metas. A meta nacional "Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais" foi a que recebeu a maior média (9,38 de 10). Mais da metade dos respondentes deram nota máxima para a importância dessa meta, além de ter sido a que apresentou o menor desvio padrão, o que indica menor variabilidade e consequentemente maior concordância entre as respostas.

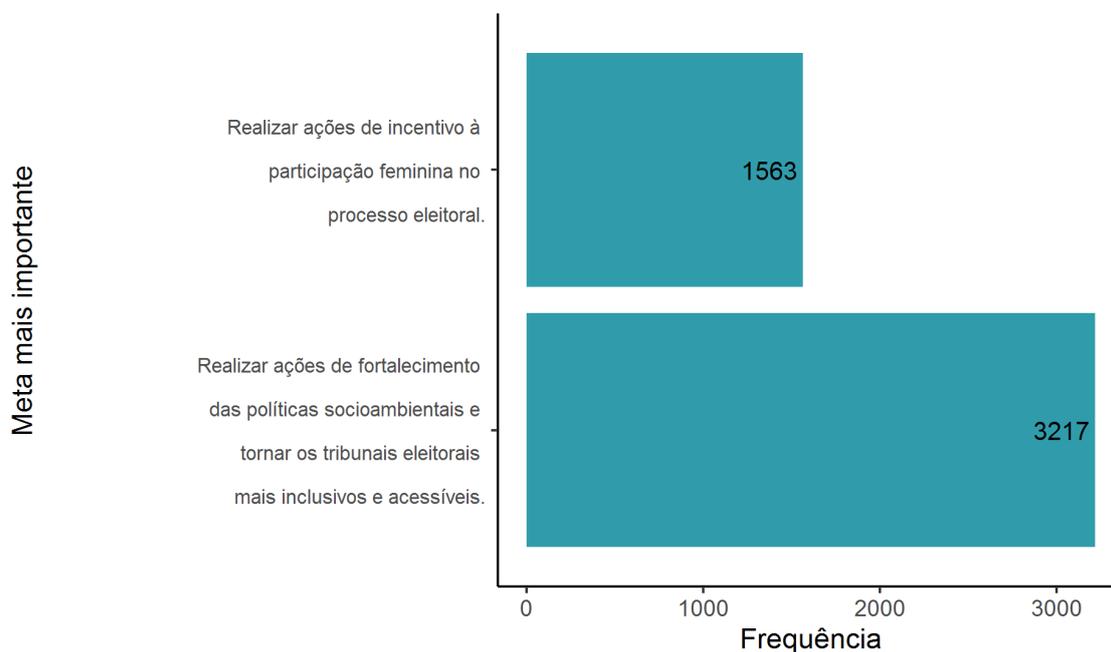


3.2. Meta mais importante

As duas metas mais votadas foram:

- Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis. (67,30%)
- Realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral. (32,70%)

Meta mais importante	Quantidade	%
Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis.	3217	67,30%
Realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral.	1563	32,70%
Total	4.780	100,00%



3.3. Sugestões

As sugestões recebidas foram analisadas utilizando a técnica de mineração de textos, que fornece uma visão geral das respostas. Para isso foram usadas duas ferramentas:

3.3.1. Nuvem de palavras

Busca representar graficamente os termos citados com maior recorrência pelos respondentes, neste gráfico o tamanho dos termos é proporcional ao número de vezes que aparece nas justificativas. Serve como balizador para auxiliar a compreensão das respostas.



3.3.2. Análise individual das sugestões

Conforme apontado nos itens anteriores, a mineração de texto não substitui a análise individual das respostas. Serve apenas como balizador para a análise.

Sugerimos aos regionais avaliar individualmente as sugestões textuais enviadas pelos seus respectivos respondentes.

➤ Resultado do TRE-PA na Consulta Pública em âmbito nacional divulgado pelo TSE

Motivação

Com o objetivo de tornar o processo de escolha das metas específicas da Justiça Eleitoral o mais participativo possível, queremos saber o que você pensa sobre essa Justiça especializada e o que ela pode fazer pelo Brasil.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua Resolução nº 221 (formato PDF), de 10 de maio de 2016, institui princípios para a gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário. Dessa forma, os processos participativos, em qualquer modalidade, constituem etapa preliminar ao encaminhamento de propostas de metas nacionais ao CNJ.

Perfil social e demográfico dos respondentes

Tabela 1 – Distribuição do público-alvo

UF	Identificação	Total	%
PA	Advogado	20	2,5%
	Associação	4	0,5%
	Magistrado de 1º grau	10	1,3%
	Magistrado de 2º grau	3	0,4%
	Ministério Público	8	1,0%
	Servidor público	429	54,3%
	Sociedade	316	40,0%
PA Total		790	100,0%

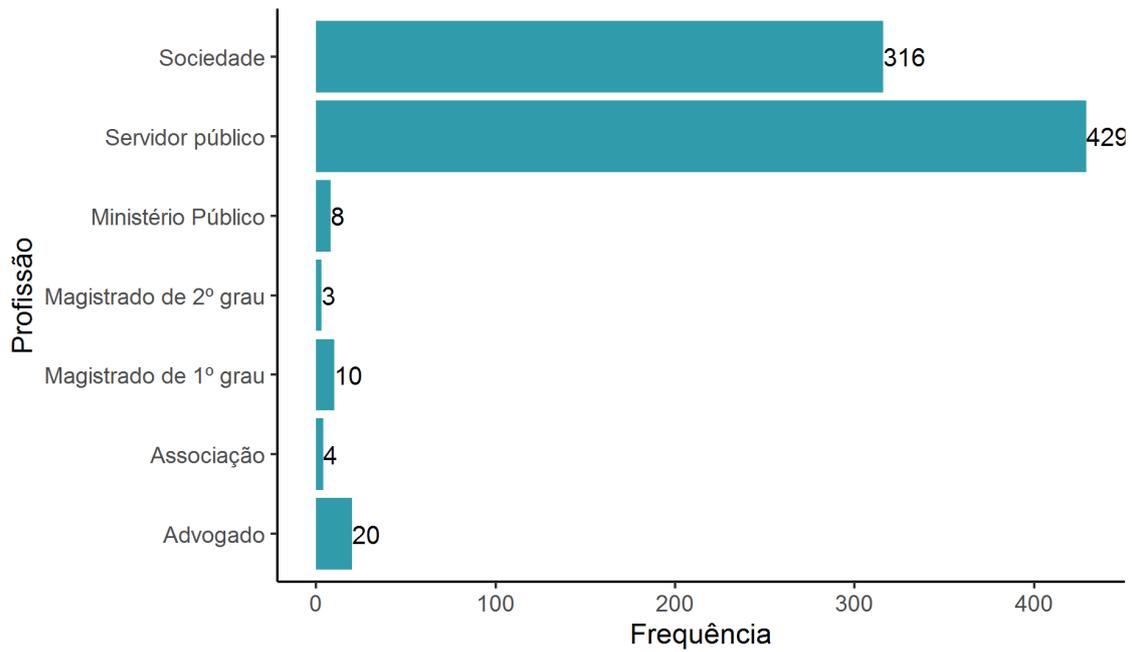


Figura 1 – Distribuição do público-alvo

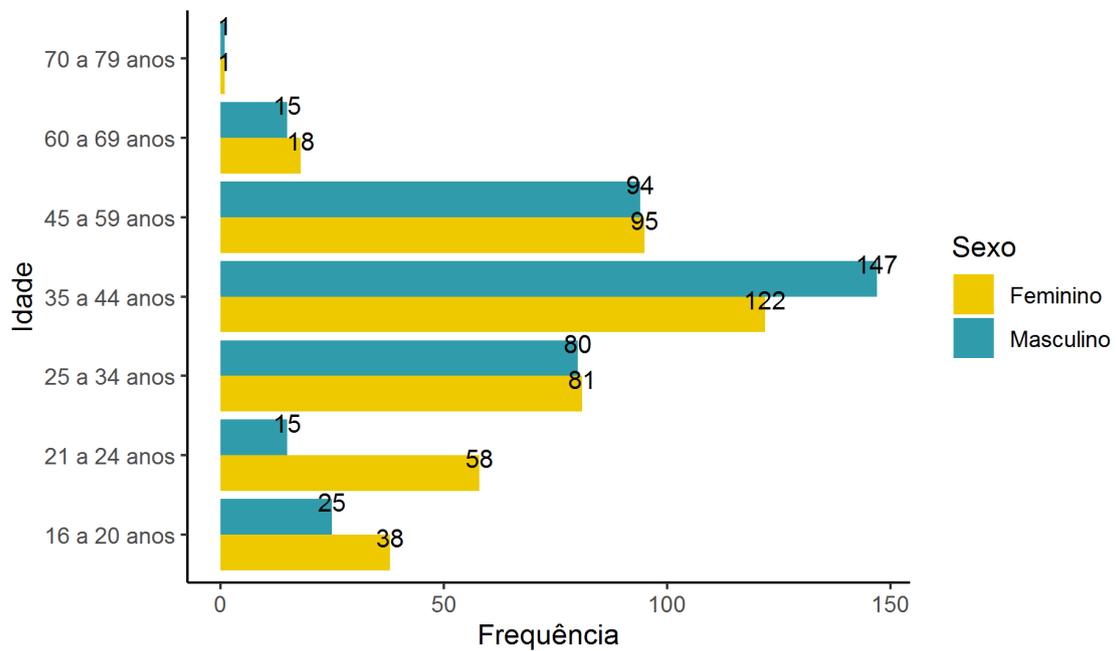


Figura 2 – Distribuição dos respondentes por sexo e faixa-etária

Análise das Respostas

Tabela 2 – Importância das metas específicas para a JE 2020

5 - Dentre as metas específicas elencadas abaixo, escolha qual você considera mais importante para a Justiça Eleitoral alcançar em 2020.	Total	%
Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis.	531	67,2%
Realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral.	259	32,8%
	790	100,0%

Tabela 3 – Análise do item 6 – Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	4	0	
1	1	1	
2	2	4	
3	4	12	
4	10	40	
5	77	385	
6	29	174	
7	87	609	
8	194	1552	
9	116	1044	
10	266	2660	
	790	6481	117,84

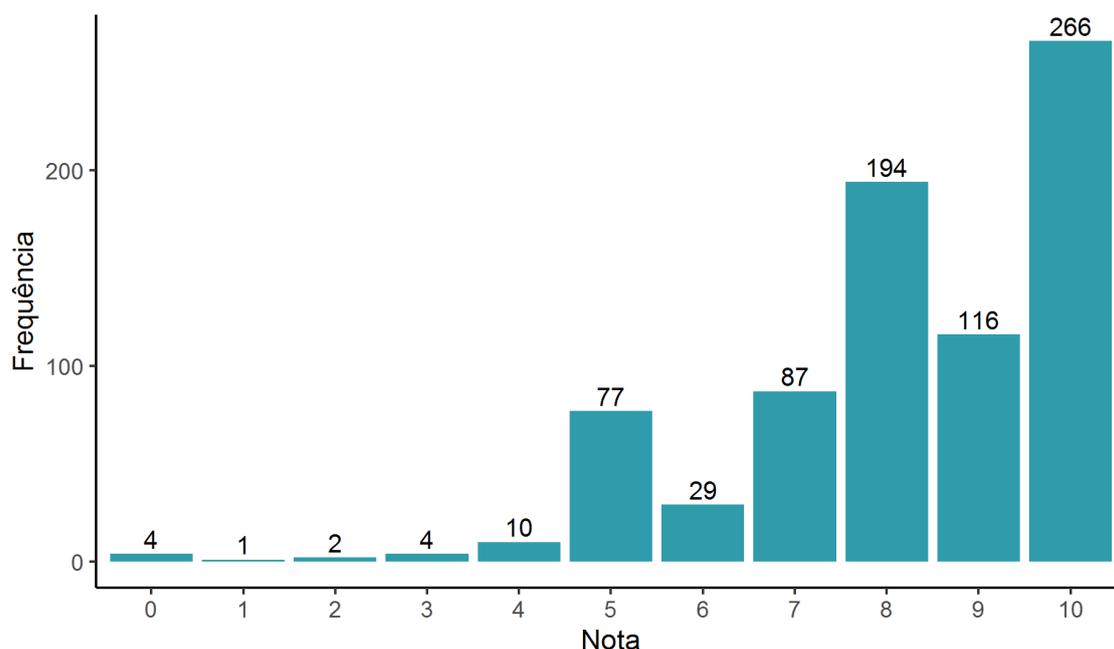


Figura 3 – Distribuição das notas dadas ao item 6: Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)

Tabela 4 – Análise do item 7 – Julgar processos mais antigos (meta nacional)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	2	0	
1	1	1	
2	2	4	
3	8	24	
4	5	20	
5	44	220	
6	25	150	
7	65	455	
8	111	888	
9	158	1422	
10	369	3690	
	790	6874	124,98

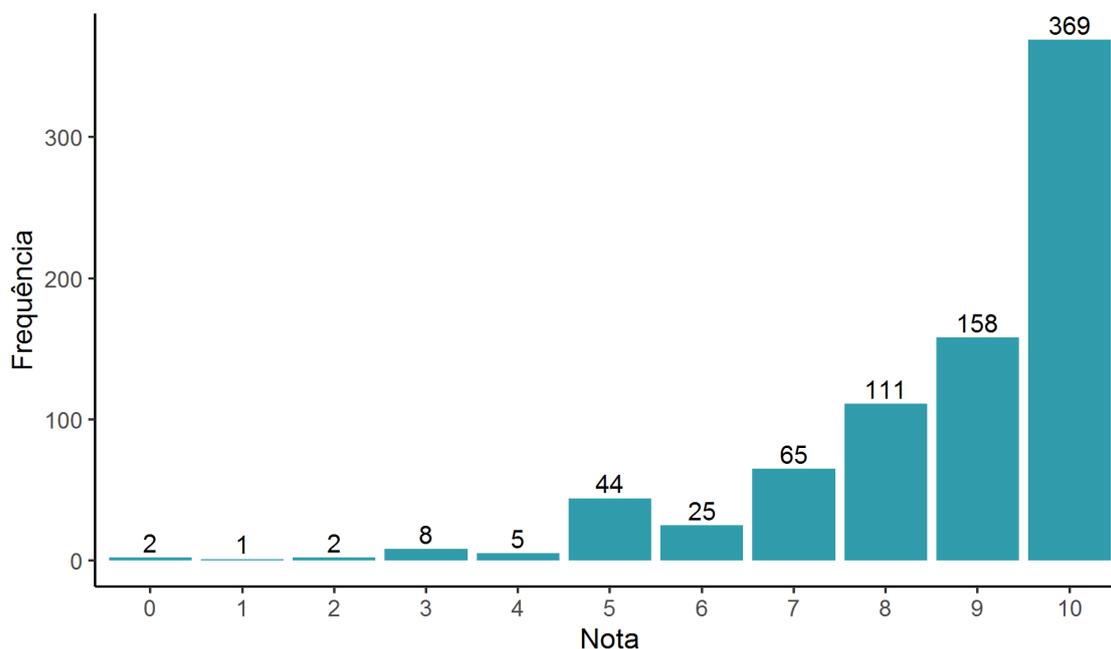


Figura 4 – Distribuição das notas dadas ao item 7: Julgar processos mais antigos (meta nacional)

Tabela 5 – Análise do item 8 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	4	0	
1	4	4	
2	4	8	
4	2	8	
5	10	50	
6	11	66	
7	13	91	
8	57	456	
9	96	864	
10	589	5890	
	790	7437	143,02

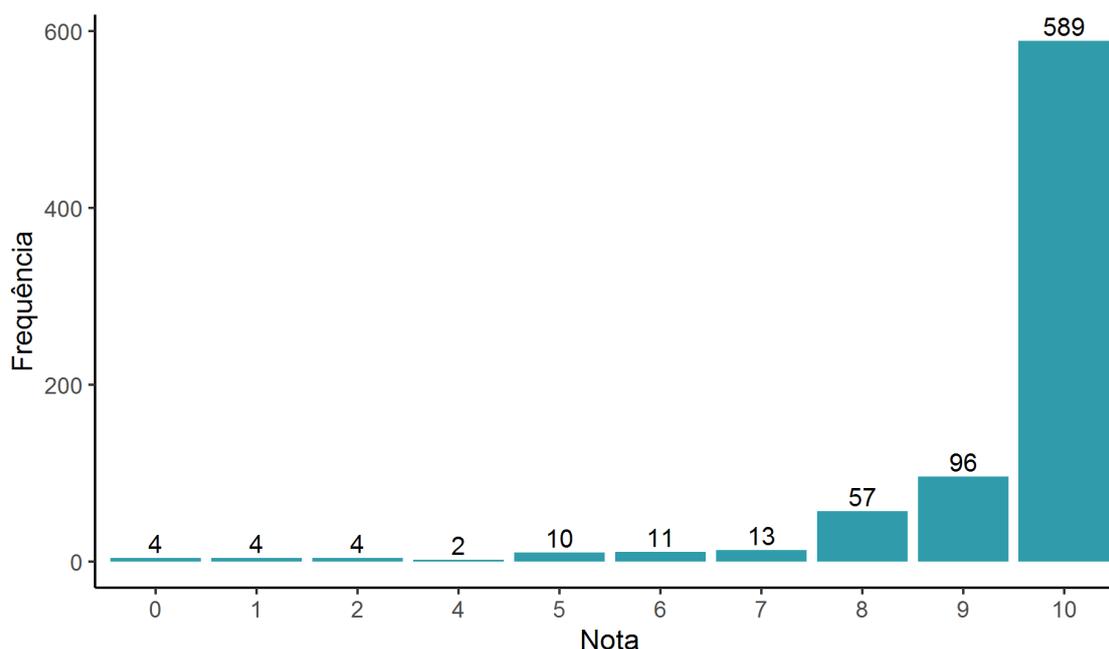


Figura 5 – Notas do item 8: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)

Tabela 6 – Análise do item 9 – Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	2	0	
1	2	2	
2	5	10	
3	4	12	
4	2	8	
5	29	145	
6	20	120	
7	47	329	
8	98	784	
9	99	891	
10	482	4820	
	790	7121	129,47

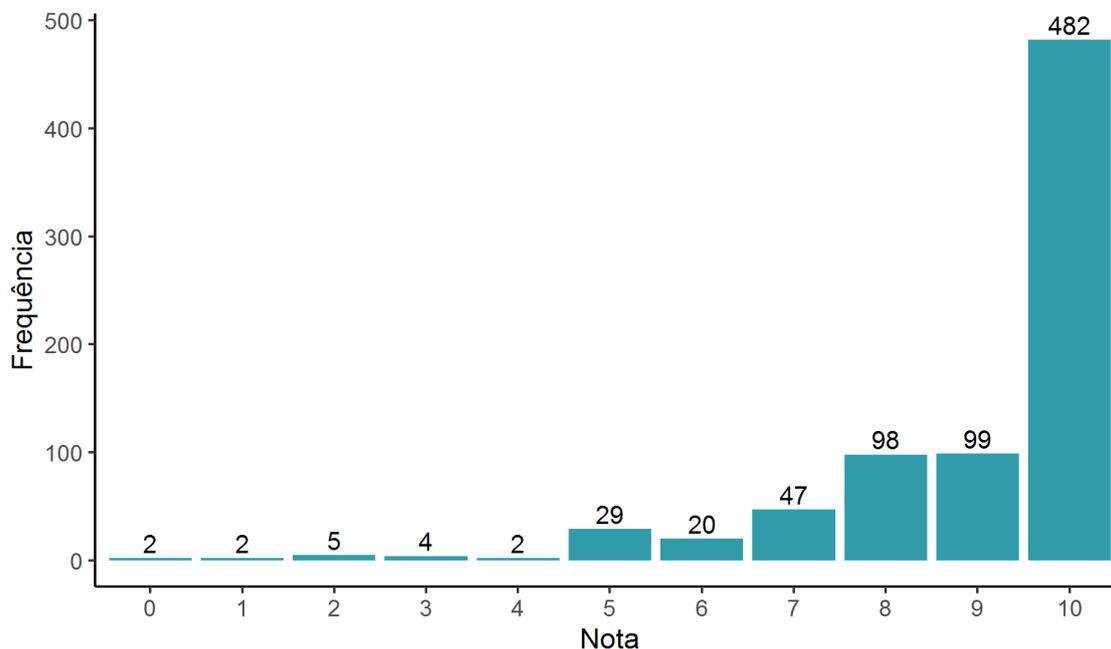


Figura 6 – Notas do item 9: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)

Tabela 7 – Média ponderada do grau de importância das metas

Meta	Média Ponderada
Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)	117,84
Julgar processos mais antigos (meta nacional)	124,98
Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)	143,02
Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)	129,47



Gestão Participativa

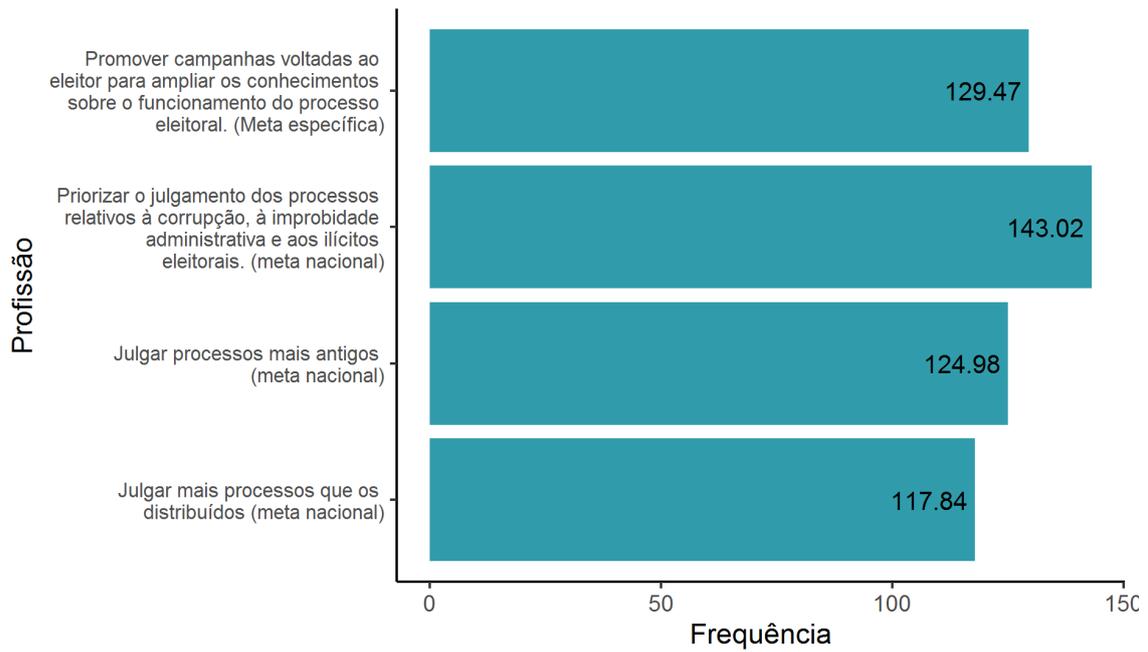


Figura 7 – Avaliação do grau de importância das metas (média ponderada)



Avaliação dos comentários

Pr - Comentários

- criar programas de incentivo a conscientização do cidadão maior de 16 anos sobre corrupção política.- integrar todos as zonas eleitorais as políticas adotada pelo TRE-PA com metas sobre meio ambiente, TODAS INTEGRADAS E NÃO DE FORMAS ISOLADAS.

=- Mais celeridade no trâmite processual.

-Além da metas citadas acima, seria bom, também, desenvolver um política de assistência aos requisitados, tipo: Assistir aos requisitados com alguma gratificação ou auxilio alimentação, uma vez que, os mesmos desenvolvem ou procuram desenvolver suas ativi

1 - Qualificar os servidores para os processos de prestação de contas de modo que sejam analisados de fomra uniformes em todas as unidades. 2 - Cobrar celeridade do MPE na análise dos processos eleitorais.3 - Levar conhecimento ao Eleitor de informações relevantes como \fake news\", \"voto consciente\", \"justificativa\", \"propaganda leitoral permitidas e as vedadas\", \"serviços fornecidos pela JE via on-line\".Aproveito o ensejo para parabenizar o TSE pela iniciativa de ouvi os servidores sobre as metas tratadas, isso demonstra uma gestão participativa e, por consequência, mais eficiente."

1 priorizar quaisquer atitudes ilícitas relativas ao processo eleitoral e quaisquer corrupção de forma rigorosa!

A Justiça Eleitoral deve dar respostas rápidas àqueles que não cumpram a normativa de observância obrigatória, como meio de coibir ilegalidades.

A Justiça Eleitoral deveria se aproximar mais da sociedade e facilitar o entendimento quanto aos processos que são julgados

A justiça eleitoral faça uma divulgação antecipada como o eleitor pode vota quando chega os materiais a nossa zona as vésperas das eleições com isso o eleitor não tem o entendimento como se porta na hora do voto.

A justiça eleitoral tem que promover ações de conscientização política.

A realização de ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral e promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral.

A REALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL DE CURSOS, PROPAGANDAS VOLTADAS A EDUCAÇÃO DOS ELEITORES BRASILEIROS.

A sociedade tem que participar do processo democrático e não ficar demonizando a politica e os partidos.A Justiça eleitoral tem que ser mais dura com os politicos e dirigentes que não obedecem as normas principalmente de prestação de contas. Ex. Todos sabem as datas limites para prestar as contas e mesmo assim passada essa data a Justiça Eleitoral ainda tem que notificar da não prestação (essa regra pode até servir para os grandes centros mas no interior do pára a dificuldade para notificar uma pessoa e enorme, pois não existe serviço dos correios nos rios e por oficial de justiça ainda é poir. Resultado: muitos processos ficam parados.

Acredito que priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais de antes, durante e depois eleições, destacando-se aqueles candidatos reeleitos dá mais segurança e tranquilidade a



sociedade, mediante as condenações e/ou absolvições determinadas. Como também, uma forma de coibir futuros infratores da lei, demonstrando-se a presença da força e celeridade da justiça deste país.

Acredito que priorizar o julgamentos dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, atinge em cheio os agente danosos à sociedade e que acreditam que nunca serão alcançados pela justiça. Que bom que nos últimos tempo temos visto uma mudança nesse sentido. Com isso, ganha a sociedade e perdem os malfeitores que agem em seu próprio e \"sujo\" interesse."

Agilizar o processo de votação.

AMPLIAR AS CONDIÇÕES DO CIDADÃO TER ACESSO A JUSTIÇA ELEITORAL E O SEU FUNCIONAMENTO.

Aprestação de contas ao TRE/TSE necessitam ser rigorosamente avaliadas.

As campanhas voltadas ao eleitor surtiriam maior efeito se realizadas de acordo com a cultura da região geográfica do eleitor, ou seja, se abordar aspectos culturais do local onde o eleitor mora (sotaque, expressões culturais próprias, proximidade da realidade do eleitor).

As duas metas específicas devem ser colocadas , pois as duas são importantes.

As duas metas específicas referidas a cima sejam importantes.

As metas descritas no questionário são de prioridade relevantes e para o contexto eleitoral.

ATINGIR 100% DO CADASTRO BIOMÉTRICO EM TODO PAÍS.PROMOVER ITINERANTES, PARA BENEFICIAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL, NOS LUGARES DE DIFÍCIL ACESSO.

Campanhas para informar os eleitores quanto ao funcionamento do processo eleitoral são essenciais para o fortalecimento da democracia no nosso país, visto que o conhecimento das regras normativas eleitorais permitem o acompanhamento e fiscalização das campanhas dos pretensos representantes, pelo próprio cidadão.

Colocar i coto enpresso

Combate à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais são os grandes desafios. O brasileiro, infelizmente, não confia plenamente na justiça de nosso país. Os julgamentos devem ser mais céleres, com leis mais severas e devolução imediata dos valores obtidos por meio de atos ilícitos.

Combater as Fake News de forma mais contundente. Pois isso prejudica todo o processo eleitoral, bem como a imagem da justiça eleitoral.

Combater com mais afico a corrupção.

Combater com mais afinco a corrupção.

Como é óbvio e estabelecido que a Justiça Eleitoral precede a qualquer outro tipo de serviço, de cujos resultados serão geradas políticas para todas espécies de atividades como: saúde, segurança, educação, meio ambiente, economia, geração de emprego e renda e infra estrutura no campo e nas cidades. Torna-se patente a meta de investir e alocar recursos, com urgência, na contratação de mão-de-obra qualificada e tecnologia de ponta, possibilitando o suporte necessário nas capitais e nos interiores mais distantes, onde a carência de segurança, acessibilidade e infra estrutura é maior.

Comprimento das metas.

Compromisso com a sociedade.



Conhecimento e qualificação

Considerando o período exíguo para julgamento de processos em ano eleitoral, faz-se necessário que haja maior aplicabilidade da justiça na celeridade de análise e julgamento dos processos que possam culminar em impedimento de o candidato eleito assuma o mandato ao qual concorreu uma vez que virou um vício o candidato assumir para posterior ser julgado o que lhe seja impetrado.

Creio que a meta específica é de fundamental necessidade, pois os eleitores desconhecem os cargos e funções dos candidatos, e desconhecem a utilização de urna e do processo eleitoral como um todo.

Creio que essa agenda de participação feminina, não se coaduna com a Justiça Eleitoral, devendo ser agenda de outros poderes. A justiça eleitoral tem que julgar processos, deixando para a política essa atuação.

CRIAR CAMPANHAS REGULARES PARA CONVENCIMENTO DO ELEITOR SOBRE A IMPORTÂNCIA DO VOTO CONSCIENTE E DE NÃO VENDER O VOTO. CRIAR CAMPANHA ESCLARECENDO OS ELEITORES SOBRE O ILÍCITO DE SE FAZER CAMPANHA/DIRECIONAMENTO DE VOTOS NAS IGREJAS. CRIAR CAMPANHA PARA ESCLARECER AO ELEITOR AS VERDADEIRAS FUNÇÕES DO POLÍTICO, E INFORMAR QUE ELES NÃO TEM COMO ATIVIDADE O FORNECIMENTO DE EXAMES, EMPREGOS, FAVORES, ETC.

Cumprir as metas.

Deve haver resgate de processos antigos, através de mutirões e ações semestrais, com auxílio de diversos órgãos ligados à justiça e rede de parceiros, tratando e informatizando aqueles que ainda demandam espera.

É bastante complicado para a Justiça Eleitoral julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em anos eleitorais, tendo em vista o grande volume de processos distribuídos nestes anos. Também é importante frisar a falta de perenidade na distribuição de processos durante o ano, visto que a quase totalidade dos mesmos são distribuídos no segundo semestre, o que reduz o tempo para sua análise. Também acredito ser mais importante a segurança do processo eleitoral, em detrimento da velocidade do andamento processual.

É de suma importância dar transparência ao processo eleitoral, pois em uma democracia onde todos podem opinar sobre quaisquer assuntos, torna-se imprescindível o devido conhecimento sobre o assunto.

É importante a recomposição de recursos para o plano de saúde dos servidores dos tribunais.

É necessário um sistema de comunicação oficial que integre todos os órgãos da Justiça Eleitoral, tendo em conta que o Malote Digital possui muitas restrições. Viabilizar isso por meio do SEI seria uma ótima opção.

eliminar a corrupção, a improbidade administrativa, e os ilícitos eleitorais é uma meta importante pois torna o processo eleitoral mais claro e com maior credibilidade.

Esclarecer a população sobre a importância do voto, suas consequências para o futuro do país e promoção de políticas públicas de crescimento do estado, geração de emprego e bem estar social.

fazer melhor divulgação de gestores condenados

Focar em divulgar as ferramentas de acesso para o eleitor fazer verificação dos



candidatos. Muitos votam sem conhecer a fundo os processos eleitorais os quais os candidatos estão envolvidos.

focar nas pautas ambientais com urgência

Fomentar a participação feminina, provocando na sociedade uma mudança de comportamento faz parte da missão de um importante órgão responsável pela promoção da cidadania.

Há necessidade de melhor aparelhamento da justiça eleitoral para o atendimento de metas, tanto nos recursos materiais quanto humanos. Importante destacar que as zonas eleitorais, por lei, possuem apenas 2 servidores efetivos do quadro, no máximo. Por conta disso, há a necessidade de requisição de servidores da prefeitura, o que não é uma solução a meu ver interessante, já que não são aprovadas em concurso público específico para o quadro. Sendo assim, a sistemática de requisição de força de trabalho para quem não é do quadro gera duplo prejuízo: 1 - para a justiça eleitoral, que requisita pessoas não qualificadas por provas para realizar os trabalhos eleitorais; 2- para a administração pública cedente, que perde recursos humanos de seu quadro. Sendo assim, fica aqui minha indignação como servidor e como cidadão quanto a essa falha legislativa/administrativa. Cobra-se meta dos servidores do quadro, mas não há recursos oferecidos para que se chegue a esse mister.

Importante a prioridade para o julgamento dos processos relativos a corrupção, improbidade e demais ilícitos, a fim de resguardar a lisura do processo eleitoral, responsabilizar aqueles que dispõem da coisa pública ou da posição alcançada para benefício próprio, e promover a "limpeza" no judiciário, tão almejada pela sociedade brasileira."

Incentivar a participação feminina no processo eleitoral

Incluir como meta do Tribunal a ampliação de atividades educativas envolvendo o tema "voto consciente", principalmente nas zonas do interior do Estado, classificadas como de difícil acesso."

Levar à população o conhecimento de política e processo eleitoral, estimulando o interesse do/a brasileiro/a.

Mais eficácia no trabalho eleitoral, maior transparência através dos meios de comunicação.

Melhorar a infraestrutura e a quantidade de servidores do quadro da Justiça Eleitoral nas Zonas Eleitorais do interior do estado.

Melhorar o plano de saúde dos servidores.

Metas mais rigorosas, eficientes

Não haver acúmulo de processos a serem julgados.

Necessário ensinar o eleitorado sobre processo eleitoral.

No tocante a meta de ação de incentivo à participação feminina no processo eleitoral tem que ser levado em conta todo o contexto do processo eleitoral informando principalmente sobre o dever de prestar contas de campanha à Justiça Eleitoral, haja vista o que observamos no cotidiano que os partidos não explicam sobre essa obrigação e as contas são julgadas como não prestadas.

O comprometimento de todos da justiça eleitoral é de suma importância, mas deve ser acompanhada de treinamento, suporte técnico e equipamentos compatíveis com exigência para que se proceda de maneira satisfatória em todos os envolvidos no



Gestão Participativa

processo eleitoral, com ênfase no eleitor consciente e fortalecimento da justiça eleitoral e democracia.

O cumprimento das metas vai mostrar mais eficiência do Eleitoral, bem como melhorar a imagem da Instituição junto à sociedade.

O eleitor precisa ter mais conhecimento sobre como funciona todo processo eleitoral para que fique mais informado e não se deixe levar por informações falsas e inverídicas.

O judiciário deve priorizar, dentre suas metas, o julgamento de processos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais e respaldar a operação lava jato.

O povo não precisa saber detalhes do processo. Precisa apenas sentir que é seguro. Isso tem a ver com marketing e exposição do Tse à mídia para esclarecer.

o tribunal eleitoral junto ao M.P devem fiscalizar antes ,durante e depois qualquer , candidato que quera ser candidato.

olhar mais pelo povo,que no momento estar precisando muito,observar,investigar,a cada politico no mandato,não depois so assim talvez acabe com a corrupção, a fiscalização nos ajuda muito a final o dinheiro e nosso que somos o povo.

Os tribunais devem capacitar seus servidores para análise de prestação de contas, para gestão de cartório, para realização de eleição. Já que a justificativa para não fazer tais iniciativas é sempre a falta de orçamento,os tribunais deveriam ter como meta parar de gastar com coisas banais, como eleitor do futuro(criança de 4,5,6,7 anos...) e passar a capacitar seus servidores, bem assim instruir os eleitores do presente.

Os Tribunais deveriam fazer campanhas orientando os eleitores sobre as multas eleitorais e quais os passos que uma pessoa tem que fazer para vira candidato, os direitos e deveres dos mesmos. Fim de evitar pessoa leigas ficarem prejudicadas quanto a sua documentação, pelo fato de sido usado por partidos ao se candidataem sem saber os procedimentos que devem fazer para essa candidatura.

Os Tribunais têm que agilizar os processos de corrupção, fiscalizar mais as prestações de contas eleitorais, e punir com o devido rigor, sem distinção de partido políticos.

Para o controle social e fortalecimento da Democracia faz-se oportuno enfatizar prioritariamente o funcionamento do Processo Eleitoral. As demais metas devem ser priorizadas como importantes e urgentes para aumentar a relevância institucional e social da Justiça Brasileira.

PARA UM PROCESSO ELEITORAL MAIS EFETIVO E QUE RESULTE EM MUDANÇAS REAIS E BENÉFICAS À SOCIEDADE, SE TORNA NECESSÁRIO INVESTIR NA EDUCAÇÃO ELEITORAL DOS ADOLESCENTES E CRIANÇAS DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR, O QUE PODE SER ALCANÇADO ATRAVÉS DE PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS E APLICADOS PELA EQUIPE DO TRE-PA. OUTRO ASPECTO A SER TRABALHADO É NA CONFIANÇA SOCIAL NAS CANDIDATAS FEMININAS QUE PODEM EXERCER O PAPEL COM EXCELÊNCIA.

Priorizar à capacitação dos servidores públicos.

priorizar o combate à corrupção

Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção, considero primordial...

Priorizar os julgamentos dos processos.

Priorizar os processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, situações que efetivamente trazem mais prejuízos à sociedade de um modo



geral.

Processos que ensejam a perda do mandato eletivo (AIME, AIJE etc) devem ser julgados de acordo com o Princípio da Celeridade Processual pelo fato de que se forem julgados próximo do fim do mandato não se garante a efetividade plena do âmbito jurídico. Campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral viabilizam os esclarecimentos necessários e o acesso aos serviços eleitorais nos mais difíceis locais do país, buscando meios garantam a independência e a liberdade de consciência para a formação de juízo de valores, o pleno exercício da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

Proibir quem responda a processo por improbidade administrativa de se candidatar em processo eleitoral até o trânsito em julgado.

promover ações publicitárias voltadas a esclarecer a sociedade sobre o coeficiente eleitoral.

Promover campanhas de maior intensidade sobre a divulgação do processo eleitoral
Promover campanhas voltadas ao eleitor...

promover meios de combates mais eficazes a corrupção , e investigar mais afinco candidatos, e se houver indícios que possa ser vedada a candidatura

publicitário para decisões populares

que dê prioridades aos processos que ficam parados até trinta dias em cartórios eleitorais

Que o TRE seja mais acessível aos servidores dos cartórios eleitorais do interior.

Realizar campanha para conscientizar o eleitorado acerca da necessidade de buscar informações verdadeiras com o propósito de combater "fake news".

respeitar os direitos de cada eleitor e cidadão. priorizar projetos para educação e empregos.

Sem comentários.

Seria de grande importância prestar mais esclarecimentos aos eleitores...

Seria importante, maior conhecimentos sobre os trâmites dos processos eleitorais e campanhas voltadas para os sistemas utilizados pelo TSE/TRE.

Show

sobre a meta "Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral", deve-se destinar uma parcela da campanha para demonstrar a segurança do processo eleitoral, mormente em relação às auditorias nas urnas eletrônicas que ocorrem no dia do pleito."

Sobre a preparação do eleitor: difundir mais informação sobre o conceito de domicílio eleitoral. Nas zonas do interior é grande o número de eleitores que buscam declarar apenas verbalmente o endereço onde residem, sem comprovar adequadamente. A legislação também poderia rever esse conceito e ser mais específica e taxativa em relação aos 'outros' documentos aceitos para comprovação domiciliar.

ter como meta priorizar a transparência no processo eleitoral

todas as metas sejam cumpridas e ampliadas para mais, metas voltadas a sociedade

Tornar mais acessível o processo eleitoral para o eleitor

Trabalhar em conjunto é fundamental para obter êxito nos trabalhos!

Transparência ao histórico dos políticos eleitos

Transparência para sociedade referente aos processos eleitorais.



Gestão Participativa

trazer a justiça eleitoral para a estação cidadania

Tudo a que visa democratizar nosso país é bem vindo. Fortalecer a democracia é fortalecer a nação.

tudo ok

Uma fiscalização melhor sobre políticas.

valorizar o servidor

Vivemos um momento histórico de insatisfação política onde a personificação de pessoas como representantes de ideais tem polarizado a discussão política, gerando manifestações impositivas que dividem e tiram o foco dos interesses comuns. A visão distorcida e mitológica de que um dia iremos encontrar o nosso \salvador da pátria\", herança de nossa formação histórica, nasce da pouca familiaridade da população com os preceitos e ordenamentos do estado democrático de direito. É o povo, através de seus representantes, que deve buscar coadunar suas expectativas às realizações do estado. Ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral e de todos os seus atores é papel imprescindível da Justiça Eleitoral nesse momento. Ir além da Eleição, que já fazemos com eficiência, e revalorizar o voto consciente."